



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA
PORTUGUESA/LIBRAS/LÍNGUA INGLESA**

ANIELE DE JESUS PALMEIRA

**A INTERFERÊNCIA DE ASPECTOS FONOLÓGICOS NA
ESCRITA: UM OLHAR SOBRE A DITONGAÇÃO**

Amargosa
2018

ANIELE DE JESUS PALMEIRA

**A INTERFERÊNCIA DE ASPECTOS FONOLÓGICOS NA
ESCRITA: UM OLHAR SOBRE A DITONGAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB/ Centro de Formação de Professores-CFP, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Libras.

Orientador: Prof. Dr. Gredson dos Santos

Amargosa

2018

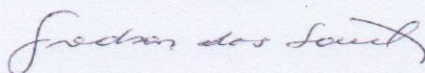
ANIELE DE JESUS PALMEIRA

**A INTERFERÊNCIA DE ASPECTOS FONOLÓGICOS NA
ESCRITA: UM OLHAR SOBRE A DITONGAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-
UFRB/ Centro de Formação de Professores-CFP, como requisito para obtenção do grau de
licenciada em Letras/ Língua Portuguesa/ Libras.

Aprovada em 27 de março de 2018


Banca Examinadora



Prof. Dr. Gredson dos Santos (UFRB)- Orientador



Prof. Dr. Adielson Ramos de Cristo (UFRB)



Profª. Drª. Fernanda Maria Almeida dos Santos (UFRB)

Amargosa
2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grata a Deus por ter iluminado o meu caminho durante esta jornada, me concedendo força, ânimo e esperança para superar as dificuldades e alcançar essa meta tão importante em minha vida.

Aos meus pais, Atanásio Joaquim Palmeira e Maria da Conceição de Jesus Palmeira, por todo amor e carinho a mim direcionados, pelo ombro amigo, pelo incentivo e pelos bons exemplos.

Aos meus irmãos Cleide, Anásio, Adriel, Acássio, Rebeca e Ailton, os quais com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu concluísse esta etapa de minha vida.

Aos amigos Dulcineia Palmeira, Erlandson Santos, Tatiane Borges, Fernanda Sampaio, Edilane Almeida e Márcia Castro, os quais foram companheiros de trabalhos durante esta caminhada e irmãos na amizade.

Aos amigos Lucinaldo Ribeiro e Valnei Cardoso pelo apoio e contribuições acadêmicas.

Ao Prof. Dr. Gredson dos Santos por seus ensinamentos, paciência e disponibilidade em me orientar no desenvolvimento desta monografia. É um prazer tê-lo como orientador.

À professora Fernanda Maria, que contribuiu grandemente na elaboração do projeto desta pesquisa, quando ainda não tinha orientador

A todos os professores do curso de Letras da UFRB, especialmente Ângela Vilma, Geisa Borges, Tarcísio Cordeiro, Mônica Gomes, Adielson de Cristo, Tatiana Pequeno, Emmanuelle Félix, por fazerem parte dessa importante etapa da minha vida. Eles tiveram papel fundamental no meu desenvolvimento acadêmico.

Aos profissionais e alunos da Escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt pela receptividade e disposição em participar da pesquisa.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente nessa etapa, a minha sincera gratidão.

Muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo é fruto de uma pesquisa sobre a interferência da oralidade na escrita com ênfase para o fenômeno fonético-fonológico ditongação. Dessa forma, baseado nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Varicionista ou Sociolinguística Quantitativa, foram analisadas 38 produções escritas por alunos do 3º e 5º ano da Escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt, localizada na cidade de Elísio Medrado/ Ba. Levando em consideração os desvios de ortografia decorrentes da influência da oralidade, pretendeu-se investigar os fatores de ordem social e linguística que favorecem a aplicação da ditongação na escrita dos alunos pesquisados. Para tanto, foram delimitados dois condicionadores sociais (escolaridade e gênero/ sexo) e dois condicionadores linguísticos referentes ao contexto de ocorrência do fenômeno (final de palavras e interior de palavras). Diante disso, os resultados desse estudo evidenciaram que, de fato, há interferência da oralidade na escrita; contudo os índices de realização do processo fonológico ditongação foram menores do que o esperado, se levada em consideração a frequência em que este ocorre na oralidade. Além disso os dados da pesquisa confirmaram o papel dos condicionadores sobre os usos linguísticos.

Palavras-Chave: Sociolinguística. Oralidade. Escrita. Ditongação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Dados gerais do corpus: Variantes ditongadas/ Não ditongadas/ Desconsideradas.....	46
Tabela 2- Índice de aplicação da ditongação na escrita em função da escolaridade.....	48
Tabela 3- Índice de aplicação da ditongação na escrita em função do gênero/sexo.....	51
Tabela 4- Índice de aplicação da ditongação na escrita: cruzamento das váriaveis escolridade x genero/sexo.....	52
Tabela 5- Palavras sujeitas a ditongação na escrita por contexto de ocorrência.....	53
Tabela 6- Índices de aplicação da ditongação na escrita em função do contexto de ocorrência.....	53
Tabela 7- Índices de aplicação da ditongação na escrita: cruzamento das váriaveis escolaridade x contexto de ocorrência.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Dados gerais do corpus: Variantes ditongadas/ Não ditongadas/ Desconsideradas.....	46
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A LÍNGUA EM SEU CONTEXTO SOCIAL: OS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS	12
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA SOCIOLINGÜÍSTICA	12
2.2 A NOÇÃO DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA	14
2.3 NÍVEIS EM QUE OCORRE A VARIAÇÃO.....	18
2.4 TIPOS DE VARIAÇÃO.....	18
2.5 A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO AMBITO DO ENSINO.....	19
3 VARIAÇÃO FONÉTICA E FONOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A ESCRITA	27
3.1 FENÔMENOS VARIÁVEIS NA FONÉTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	27
3.1.1 A ditongação no português brasileiro.....	32
3.2 A ORALIDADE E A ESCRITA	33
3.2.1 A influência dos aspectos fonológicos na escrita.....	35
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
4.1 A ESCOLA, <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	41
4.2 SELEÇÃO DAS TURMAS E OS SUJEITOS DA PESQUISA	42
4.3 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	42
4.4 MÉTODO PARA A ANÁLISE	43
5 ANÁLISE DOS DADOS	45
5.1 ANÁLISE GERAL DAS VARIANTES NO <i>CORPUS</i>	45
5.2 VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA A ANÁLISE	48
5.2.1 Análise das variáveis por escolaridade	48
5.2.2 Análise das variáveis por gênero/sexo	50
5.2.3 Análise das variáveis por contexto de ocorrência.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A língua é essencial para a manutenção das relações sociais, pois é por meio dela que o homem interage com seus semelhantes dentro da sociedade, manifesta seus anseios, defende seus interesses, expõe suas opiniões, enfim, se constitui como ser reflexivo e social. Dessa forma, a língua é, portanto, uma particularidade da espécie humana, mais especificamente um atributo que distingue o *homo sapiens* dos demais animais.

Contudo, dado o potencial interativo das línguas humanas, é válido afirmar que estas se realizam nos mais diversos contextos sociais e, em vista disso, refletem a diversidade que compõe nossa sociedade. Como consequência dessa pluralidade social, as línguas apresentam variações, principalmente na modalidade oral, pois cada falante detém maneiras distintas de se expressar, que são adquiridas em função da região em que está inserido, da escolaridade, da classe social, etc.

Dessa forma, é válido afirmar que tais fatores reforçam o caráter identitário das línguas, além de reconhecer seu perfil plural e heterogêneo. No entanto, mesmo diante da diversidade dialetal que configura o cenário linguístico, a escola, muitas vezes, confere estigmas negativos aos usos que fogem às prescrições da gramática tradicional, principalmente se esses desvios ocorrerem na escrita.

Logo, entende-se que o ideal de língua defendido pela instituição escolar baseia-se nos pressupostos da gramática normativa. Tal postura é contraditória se levada em consideração a realidade linguística e social dos alunos que estão à margem da sociedade letrada, os quais, em sua maioria, ao adentrar no universo escolar, não dominam a norma exigida. Contudo, é importante salientar que,

as crianças, quando chegam à escola, já sabem falar bem a sua língua materna, isto é, sabem compor sentenças bem formadas e comunicar-se nas diversas situações. Mas ainda não tem uma gama muito ampla de recursos comunicativos que lhes permita realizar tarefas comunicativas complexas em que se exija muita monitoração. É papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 74).

Nesse sentido, seria coerente que a escola enquanto responsável pelo desenvolvimento das habilidades linguísticas nos indivíduos, adotasse uma postura mais reflexiva em relação à variação e às inadequações linguísticas, buscando estratégias para que o aluno domine a língua com eficácia nos mais variados contextos.

Para que essa meta seja atingida é necessário que o professor busque compreender os fatores sociais e linguísticos que levam os alunos a desviar-se dos usos padronizados e, dessa forma, empregar estratégias pedagógicas para que esses problemas sejam sanados, proporcionando um ensino da norma cobrada pela escola, sem estigmatizar as variações presentes nos usos linguísticos dos discentes.

Tais estratégias não devem restringir-se apenas à língua escrita; é necessário que o professor as aplique no desenvolvimento da oralidade, tendo em vista que, essas modalidades da língua se relacionam entre si. E, em se tratando da modalidade oral, é possível que essa possa interferir na escrita dos alunos no processo de alfabetização.

Assim, levando em consideração os desvios de ortografia decorrentes da influência da oralidade é coerente questionar: *qual a frequência do fenômeno ditongação na escrita de estudantes do 3º e 5º ano de uma escola pública da cidade de Elísio Medrado/ BA?* Outro questionamento diz respeito a *qual o papel para a ocorrência da ditongação de fatores como a escolaridade, o gênero/sexo e o contexto vocabular?*

Tais questionamentos sustentam a presente pesquisa, a qual tem como objetivo analisar a interferência da oralidade na escrita com vistas para o fenômeno fonético-fonológico *ditongação*. Dessa forma, pretende-se observar se o fenômeno em questão, tão comum na fala, se realizará na escrita dos alunos do 3º e 5º ano do ensino fundamental I, da Escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt, localizada na Rua Quinze de Novembro, no Cento de Elísio Medrado/Ba. Ademais, serão analisados os condicionadores sociais e linguísticos que podem favorecer a ocorrência da ditongação na escrita.

Diante disso, tem-se como objetivos específicos: Constatar a interferência de aspectos fonológicos na escrita, por meio da observação da *ditongação* em textos produzidos pelos estudantes das respectivas séries da escola em questão; observar a frequência do fenômeno *ditongação* na escrita dos alunos investigados; averiguar o papel de fatores como a escolaridade, o gênero/sexo e o contexto vocabular para a ocorrência da *ditongação* na escrita dos alunos na fase inicial da escolarização.

Visando alcançar tais objetivos, foi realizado o levantamento quantitativo das ocorrências da ditongação na escrita dos alunos em questão, o que permitiu a análise mais aprofundada do tema, uma vez que os dados encontrados levaram a refletir sobre os fatores sociais e linguísticos favoráveis à ditongação na escrita dos alunos em questão.

Essa realidade realça a necessidade de uma proposta pedagógica consciente pautada nos estudos sociolinguísticos, a fim de tratar de maneira adequada os desvios de ortografias desde

o processo inicial de apropriação da escrita, para que estes sejam superados o quanto antes e não se tornem crônicos. Para tanto, em se tratando de problemas de origem fonológica, é pertinente que os alunos sejam sensibilizados quanto à influência do discurso oral sobre o texto escrito, pois “a consciência explícita por parte do falante acerca da influência da relação fala/escrita concorre para melhorar o desempenho no letramento paralelamente à ação natural da escolarização através da auto-correção” (MOLLICA, 2003, p.7).

Assim, a presente investigação tem como base os pressupostos teóricos preconizados pela Sociolinguística Varicionista ou Sociolinguística Quantitativa, como bem explica Coelho et al. (2015). As discussões aqui concretizadas contam com as contribuições de autores como: Alkmim (2012), Bagno (2001, 2007), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Mollica (1998, 2003), etc.

O estudo do tema proposto justifica-se no interesse em pesquisar o impacto da oralidade sobre a escrita sobretudo nos primeiros anos da vida escolar do aprendiz, tendo em vista que, no decorrer do curso, mais especificamente, no Componente Curricular Língua Portuguesa I, tratamos de questões referentes à fonética e à fonologia e fomos induzidos a pesquisar sobre a influência desses fatores nas produções escritas de alunos no processo inicial da escolarização. Por meio da referida pesquisa, foi possível constatar a ocorrência de diversos fenômenos resultantes do discurso oral na grafia dos sujeitos investigados. Assim, a observação dessa tendência promoveu o desejo em realizar uma investigação mais aprofundada sobre o tema, tendo em vista a diversidade de processos fonológicos que permeiam nossa realidade linguística.

O interesse em dar ênfase à ditongação na escrita surgiu por se tratar de um fenômeno frequente no dialeto dos estudantes e no português brasileiro, conforme constatado por autores como: Botelho e Leite (2005), Margotti e Zibetti (2005), Aragão (2014) e Mota e Silva (2015). Logo, acredita-se que ocorrerá também na escrita das crianças em início da escolarização.

A realização desse trabalho trará discussões pertinentes quanto à prática pedagógica voltada para as questões linguísticas, sobretudo no que diz respeito a variação e seu tratamento em sala de aula, conscientizando sobre a importância do reconhecimento da diversidade dialetal e seu impacto em relação ao processo de aquisição da escrita, pois “a apropriação da leitura e da escrita, pela criança em especial, é um processo de alto grau de complexidade e requer do professor competência técnico-pedagógica específica, para que as dificuldades possam ser minimizadas” (SIMÕES, 2006, p. 16).

O primeiro capítulo, conta com discussões em torno dos estudos sociolinguísticos, as quais se configuram com os seguintes tópicos: *Percurso histórico da sociolinguística; A noção de variação linguística; Tipos de variação; Níveis em que ocorre a variação; A variação linguística no âmbito do ensino.*

No segundo capítulo, será realizada discussão em torno da variação fonética e fonológica e sua relação com a escrita. Assim, o referido capítulo está organizado da seguinte forma: *Fenômenos variáveis na fonética do Português Brasileiro; A ditongação no Português Brasileiro; A oralidade e a escrita; A influência dos aspectos fonológicos na escrita.*

O terceiro capítulo conta com os Procedimentos Metodológicos para a realização dessa pesquisa, o qual, organiza-se em 4 tópicos; *A escola, locus da pesquisa; A seleção das turma e os sujeitos da pesquisa; A constituição do corpus; e o método de análise dos dados.*

O quarto capítulo traz a Análise dos dados, no qual estão expostos os resultados quantitativos referentes ao fenômeno fonético-fonológico ditongação, encontrados na escrita dos alunos. A análise deste capítulo se fundamentará nas discussões referentes à variação linguística e à interferência da oralidade na escrita de alunos das séries iniciais do ensino fundamental I.

Por fim, temos, no quinto capítulo, as considerações finais, as quais contam com as reflexões e conclusões adquiridas por meio do diálogo com as discussões anteriores.

2 A LÍNGUA EM SEU CONTEXTO SOCIAL: OS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Conforme Coelho et. al. (2015), a sociolinguística é uma área que busca analisar o comportamento das variáveis linguísticas diante de fatores internos e externos à língua. Diante disso, o presente capítulo conta com discussões em torno da relação existente entre língua e sociedade, tendo em vista que os usos linguísticos são influenciados pelo meio social em que o sujeito está inserido e por fatores intralinguísticos.

Por essa razão, esta seção configura-se da seguinte forma: a princípio é apresentado um breve histórico dos estudos sociolinguísticos; na sequência apresenta-se a noção da variação e da mudança linguística, trazendo os níveis e os tipos de variação; por fim é realizada discussões em torno da variação e seu tratamento em sala de aula.

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA SOCIOLINGUÍSTICA

A possibilidade de interação por meio de signos linguísticos é exclusiva da espécie humana. Nessa perspectiva, de acordo com Fromkim e Rodman (1993, p. 3), “a posse da linguagem, mais do que qualquer outro atributo, distingue os seres humanos dos animais. Para compreendermos a nossa humanidade teremos de compreender a linguagem que nos torna humanos”.

A linguagem verbal é uma das formas utilizadas com mais frequência pelo ser humano no processo interativo social, sendo assim, o principal veículo de interação entre os membros de uma comunidade linguística. Tal processo é concretizado por meio da língua, manifestando-se esta na modalidade oral ou escrita, pois "a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular" (BENVENISTE apud ALKMIM, 2012, p. 28).

Por sua vez, a língua se realiza dentro da sociedade, visto que os seres humanos vivem agrupados e trocam experiência no meio social em que vivem. Nesse sentido, pode-se afirmar que existe uma estreita relação entre língua e sociedade.

Para melhor compreensão de tal relação, é pertinente contextualizar historicamente as abordagens apresentadas pelos linguistas ao longo do século XX. Pois, “as teorias da linguagem, do passado ou atuais, sempre refletem concepções particulares de fenômeno linguístico e compreensões distintas do papel deste na vida social”. (ALKMIM, 2012, p. 24).

Dentre as abordagens a respeito da relação linguagem/sociedade, destaca-se a concepção defendida por Saussure no século XX, o qual, por meio do seu “Curso de

Linguística Geral”, reconhece o caráter social da linguagem, acreditando ser esta um fato social adquirida por meio do convívio em sociedade. No entanto, apesar de reconhecer essa relação, o pai da linguística não a considera como um fator determinante para a variação, pois compreende a língua como uma estrutura autônoma e sem relação com fatores externos a ela. Nesse sentido, de acordo com Saussure, “enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (SAUSSURE, 2006, p. 23).

Assim, Saussure (2006) concebe a língua (*langue*) como a parte social da linguagem e exterior ao indivíduo, ao passo que a fala (*parole*) é a parte individual, sendo portanto, a manifestação concreta da língua. Por esse viés a heterogeneidade linguística não faz parte da língua, mas da fala.

Ainda no referido século fez-se necessário destacar a perspectiva gerativista defendida por Chomsky, em que a língua é concebida como um sistema abstrato sem relação com fatores sócio históricos e por sua vez homogênea e invariável.

Diante disso é possível notar que tanto na corrente estruturalista de Saussure quanto na gerativista de Chomsky trabalha-se a ideia de língua enquanto uma abstração desvinculada de fatores históricos e sociais.

Contrariamente as ideologias apregoadas por essas duas correntes a respeito da influência dos aspectos socioculturais sobre as línguas humanas surge no seio da linguística uma nova área de estudo denominada Sociolinguística, tendo como um dos seus maiores percursores William Labov.

Cabe ressaltar que a sociolinguística surgiu na década 1960 nos Estados Unidos, em um congresso realizado na Universidade da Califórnia em Los Angeles, organizado por William Bright. Nesse evento foram apresentados trabalhos voltados para a relação existente entre língua, cultura e sociedade. Dentre os participantes desse congresso estava presente William Labov, o qual “demonstrou que a mudança linguística é impossível de ser compreendida fora da vida social da comunidade em que ela se produz, pois pressões sociais são exercidas constantemente sobre a língua”. (CEZARIO; VOTRE, 2011 p. 147).

Coelho *et al* (2015 p. 13), ao discutirem à respeito da relação língua/ sociedade, afirmam que a sociolinguística é uma área da Linguística que busca a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos. Tal definição deixa claro que a sociolinguística

não é o único campo dos estudos linguísticos que busca estudar a língua em seu contexto social.

Ainda de acordo com as autoras, a língua é influenciada por fatores presentes na sociedade, pois “cada grupo social apresenta características no seu falar que são condicionadas por sua origem, sua idade, sua escolaridade, entre outros fatores” (COELHO et al, 2015 p. 13). Tal afirmativa desconstrói a ideia de que a língua é homogênea e invariável, no entanto reforça o caráter identitário da mesma, pois a fala de um indivíduo revela o grupo social que o mesmo representa e ou está inserido.

Em conformidade com a definição apresentada por Coelho et al em relação a sociolinguística, Cezario e Votre afirmam que esta “[...] é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística”. (CEZARIO; VOTRE, 2011 p. 141).

Dessa forma, “pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto de estudo da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso” (ALKMIM, 2012, p. 33). Nesse sentido, por considerar o contexto social em que a língua se realiza, a sociolinguística não acredita na homogeneidade linguística, tendo em vista que uma comunidade é composta por seres particulares que, por sua vez, apresentam maneiras distintas de interagir socialmente.

Em suma, a sociolinguística parte da premissa de que a língua é plural e heterogênea e por essa razão ao estudar a língua é necessário levar em consideração a existência da diversidade dialetal presente nos falares das pessoas. Nesse caso, a tarefa do linguista é buscar compreender as variações existentes na estrutura das línguas humanas de acordo com os fatores de ordem social. Dessa forma, fica claro que essa corrente dos estudos linguísticos não impõe normas e modos de falar e escrever, mas procura apenas analisar e descrever as diversas variações que uma língua pode proporcionar aos seus usuários, dando ênfase à função comunicativa da língua no uso real, sem julgamentos preconceituosos.

2.2 A NOÇÃO DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

É evidente que as línguas humanas são resultantes de manifestações sociais e culturais, e, por essa razão, estas apresentam variações, pois cada falante tem sua maneira particular de se expressar, que é resultante das experiências com o meio em que está inserido. Comprovando esta ideia, Bortoni-Ricardo (2005, p. 31) ressalta que:

A língua é por excelência uma instituição social e, portanto, ao se proceder ao seu estudo é indispensável que se levem em conta variáveis extralinguísticas - socioeconômicas e históricas - que lhe condicionam a evolução e explicam em parte sua dialeção regional (horizontal) e social (vertical) .

Devido ao caráter social das línguas humanas, estas mantêm-se em constante movimento e podem sofrer variações e até mesmo mudanças. Assim, do ponto de vista da sociolinguística, a língua “é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução” (BAGNO, 2007, p. 36).

Tendo em vista essa realidade, Bagno (2007) afirma que a variação linguística está diretamente ligada ao caráter heterogêneo da língua. Pois de acordo com o autor, a língua é concebida como um “substantivo coletivo”, onde se abrigam as diversas possibilidades de realização dos recursos expressivos que estão à disposição dos falantes.

Em paralelo à definição apresentada acima, a variação linguística se caracteriza como “o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/ representacional” (COELHO et. al. 2015 p. 16). Tal constatação pode ser percebida em diversas situações corriqueiras de fala, em que o falante pode recorrer a formas distintas para representar um mesmo significado. Pois, a língua oferece aos seus usuários um leque de possibilidades de uso e como resultado estes falam diferente um dos outros, no entanto é importante ressaltar que “a variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre os falantes” (COELHO et al, 2015 p. 16).

Ainda no panorama da variação, Coelho et al. (2015, p. 20) elucida que esta não ocorre de maneira aleatória, pois existem forças que condicionam a escolha do falante por uma determinada variante: os condicionadores, os quais podem ser atrelados a fatores internos ou externos a língua. No caso dos internos, esses referem-se a questões linguísticas. Ao passo que o segundo diz respeito a fatores extralinguísticos, de ordem social. É nesse sentido que as autoras afirmam que a variação não compromete o funcionamento da língua, permitindo que seus falantes se comuniquem entre si, independentemente de idade, classe social, região, escolaridade, etc. Dessa forma,

palavras ou construções em variação, em vez de comprometerem o mútuo entendimento, são ricas em significado social e tem o poder de comunicar a nossos interlocutores mais do que o significado referencial/ representacional pelo qual “disputam”. As diferentes formas que empregamos ao falar e ao escrever dizem, de certo modo, quem somos: dão pistas a quem nos ouve ou lê sobre o local de onde viemos, o quanto estamos inseridos na cultura letrada dominante de nossa sociedade, quando nascemos, com que grupo nos identificamos, entre várias outras informa (COELHO et. al, 2015 p. 20).

Dialogando com tal ideia, Alkmim afirma que a diversidade linguística é um traço comum a todas as línguas, pois, “ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência da diversidade ou da variação. Isto é toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar” (ALKMIM, 2012, p. 34). Por essa razão, o dialeto utilizado pelo falante pode revelar traços importantes da sua identidade, como a idade, a classe social, a escolaridade e, até mesmo, o local de origem.

Tendo em vista a ideia da variação se faz necessário apresentar a noção de mudança linguística, uma vez que, estas andam de mãos dadas no seio das línguas.

Segundo Coelho et al (2015, p. 73) a variação funciona sempre como um gatilho para uma possível mudança linguística, ou seja, para que ocorra a mudança é necessário a existência prévia da variação. No entanto, as autoras destacam que “na língua nem tudo que varia sofre mudança, mas toda mudança pressupõe variação”, isto é, duas formas linguística podem conviver sem que uma elimine a outra, em uma situação de variação estável.

Para ilustrar melhor tal processo, Coelho et. al. (2015) apresentam como exemplo o fenômeno fonológico do rotacismo, em que formas como *planta* e *pranta* convivem, marcando a diferença entre o falar de um indivíduo de zona urbana e escolarizado e o falar de um indivíduo pertencente a zona rural e possivelmente com baixa escolarização. Isso evidencia que entre essas formas não há um indicativo de mudança, mas sim variação. Por outro lado, as autoras citam o uso do pronome *vós* em relação ao *vocês*, mostrando que nesse caso há um processo de mudança em curso, visto que o termo *vós* está praticamente em desuso, o qual se restringe a linguagens específicas, como em contextos jurídicos ou religiosos.

Diante de tais discussões, é possível perceber que a mudança linguística é um processo que ocorre ao longo do tempo, em um dimensão histórica, ao passo que a variação ocorre de forma simultânea em um dado contexto. Dessa forma,

A conciliação entre sincronia e diacronia permite observar as mudanças linguísticas no momento em que elas acontecem, ou seja, elas não ficam

“escondidas” entre os estados da língua, e são observadas justamente na comunidade de fala, pela análise de padrões de variação e pela dinâmica desses padrões ao longo do tempo (COELHO et. al, 2015 p. 73).

Dada essa realidade faz-se necessário questionar: Quem são os responsáveis pela mudança? Onde ocorre a mudança?

Conforme Bagno (2007, p. 166),

Os falantes mudam a língua o tempo todo. Porque é isso mesmo que acontece: somos nós os falantes que imperceptivelmente, inconscientemente, vamos alterando as regras de funcionamento da língua, tornando ela mais adequada e satisfatória para nossas exigências de processamento mental, de comunicação e interação. Não existe línguas sem falantes. Por isso, não é a “língua” que muda [...] São os falantes, em sociedade, que mudam a língua.

Nesse sentido, a mudança é resultado das relações interpessoais empreendidas em sociedade. Sendo, portanto, fruto da heterogeneidade linguística, pois a língua possibilita aos falantes uma gama de possibilidades de representar um mesmo significado.

Embora a mudança seja uma realidade notória nas línguas humanas, de acordo Bagno (2007, p. 165) as gramáticas normativas passam a impressão de que a língua está pronta e acabada e que ela pode até ter sofrido transformações no passado, mas no estágio atual as regras estão fixadas para sempre. Vale salientar que tal atitude é recorrente do caráter normativo desses compêndios os quais tentam a todo custo homogeneizar a língua e, para tanto, idealizam um padrão linguístico surreal e distante da realidade dos falantes. Por consequência, a variação e a mudança ganharam no senso comum uma conotação negativa e passível de estigmas.

A postura adotada pelas gramáticas normativas segue na direção contrária à atividade linguística em seu contexto social, pois “enquanto tiver gente falando uma língua ela vai sofrer variação e mudança, incessantemente. Os mesmos processos que fizeram a língua mudar no passado continuam em ação” (BAGNO 2007, p. 165).

Dada essa pluralidade no seio das línguas, é importante reconhecer que a variação e a mudança fazem parte do sistema das linguístico e não devem ser deixadas de lado, afinal “língua e variação são inseparáveis: a sociolinguística encara a diversidade não como um problema, mas como uma qualidade construtiva do fenômeno linguístico” (ALKMIM, 2012, p. 35).

2.3 NÍVEIS EM QUE OCORRE A VARIAÇÃO

É evidente que a variação linguística é uma característica universal das línguas humanas, ou seja, nenhuma língua é homogênea. No entanto, vale reforçar que esta não ocorre de forma desorganizada, pois existem fatores linguísticos (internos) e extralinguísticos (externos) que as regulam. Nesse sentido, em se tratando da dimensão interna, Bagno (2007, p. 39-40) nos ensina que a variação ocorre em todos os níveis de análise linguística.

No que se refere ao **nível fonético fonológico** o autor cita as possíveis pronúncias para o R da palavra porta no português brasileiro; **no nível morfológico** apresenta a alternância entre os sufixos das formas *pegajoso* e *peguento* para expressar o mesmo conceito; **no nível sintático** traz as diversas possibilidades das construções relativas como em “uma história que ninguém prevê o final/ uma história que ninguém prevê o final dela/ uma história cujo final ninguém prevê; **no nível semântico** cita o duplo significado da palavra *vexame*, a qual, pode significar vergonha ou pressa, a depender da origem regional do falante; **no nível lexical** é exposta as palavras *mijo*, *xixi* e *urina* todas representando a mesma coisa; por fim tem-se a variação **estilístico-pragmática** a qual é explicada a partir das sentenças, “*queiram se sentar por favor/ vamo sentano ai, galera*”, as quais marcam o grau de maior ou menor formalidade.

2.4 TIPOS DE VARIAÇÃO

Ao tratar da dimensão externa da variação Bagno (2007, p.46) elucida que esse fenômeno pode ser identificado a partir de fatores sociais tais como: Origem geográfica, status socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho e redes sociais.

No que se refere à **origem geográfica** o autor esclarece que a língua varia de um lugar para outro, o que possibilita a identificação da fala característica das diferentes regiões brasileiras, ou até mesmo a origem rural ou urbana da pessoa. O mesmo ocorre com **o status socioeconômico**, o qual é também um fator importante, pois as pessoas com nível de renda baixo falam diferente das que tem nível de renda alto. **O grau de escolarização** é também fundamental, pois o nível de acesso à cultura letrada influencia na configuração dos usos linguísticos dos indivíduos. Da mesma forma, a **idade** é também um fator que caracteriza a fala das pessoas, pois a fala varia de uma geração para outra. **O sexo** é também determinante, uma vez que homens e mulheres fazem uso diferenciados dos recursos linguísticos. Além disso, **o mercado de trabalho** também incide na atividade linguística, pois de acordo com o

autor, um advogado não utiliza os mesmos recursos linguísticos de um encanador. Por fim, tem-se as redes sociais, pois as pessoas adquirem comportamentos linguísticos semelhantes aos das pessoas que convivem em sua rede social.

Ainda de acordo com Bagno (2007, p. 46), em textos especializados da área da sociolinguística tais variações são classificadas pelos seguintes termos:

Varição diatópica: é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar de lugares diferentes, como as grandes regiões, os estados, as zonas rural e urbana, as áreas socialmente demarcadas nas grandes cidades etc. [...]

Varição diastrática: é o que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classes sociais [...]

Varição diamésica: é a que se verifica na comparação entre a língua falada e a língua escrita [...]

Varição diafásica: é a variação estilística [...], isto é, o uso diferenciado que cada um faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que ele confere aos seu comportamento verbal [...]

Varição diacrônica: é a que se verifica na comparação entre diferentes etapas da história de uma língua (BAGNO, 2007, p. 46-47).

Diante disso, é possível afirmar que tais fatores possibilitam aos sociolinguistas o estudo detalhado da língua e permite a identificação de características linguísticas específicas de determinados grupos sociais, atestando a existência da variação e seu caráter estruturado. Conforme Bagno (2007, p. 44), ao selecionar fatores sociais e fenômenos linguísticos relevantes para o estudo, a pesquisa sociolinguística permite um retrato fiel da realidade dos usos da língua.

2.5 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ÂMBITO DO ENSINO

“Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Pode-se afirmar que nenhuma língua se apresenta como uma unidade homogênea” (ALKMIM, 2012, p. 35). Considerando esta realidade linguística, é importante frisar que o ensino da língua deve ser pautado nos princípios sociolinguísticos, visto que vivemos em um país multifacetado que apresenta uma língua plural e heterogênea.

Infelizmente essa ainda não é a lógica adotada para o ensino da língua escrita, pois a escola tem como base a gramática normativa, e só aceita como correta a “bela linguagem”, a variedade linguística considerada padrão e descarta todas as demais variedades que a língua possa oferecer. Dessa maneira, de acordo com Peter (2011, p. 19), “a tarefa do gramático se

desdobra em dizer o que é a língua, descrevê-la, e ao privilegiar alguns usos, dizer como deve ser a língua”. Tal conduta deixa nítido o caráter imperativo da gramática normativa sobre os fatos da língua.

É notória a supremacia da gramática tradicional no ensino de língua portuguesa em nosso país. No entanto, é importante enfatizar que o uso desse instrumento em sala de aula não é exclusividade do Brasil, nem tão pouco surgiu por aqui. A gramática tradicional teve suas origens no cerne da cultura grega, mais especificamente na cidade de Alexandria (Egito), que abrigava o mais importante centro cultural e erudito da antiguidade.

Nesse sentido, conforme Faraco (2012, p. 69),

O objeto do gramático era, portanto, a língua escrita exemplar, ou seja, a língua dos grandes escritores. E o gramático perseguia dois objetivos: descrever essa língua e, ao fazê-lo, estabelecer um modelo, um padrão a ser seguido por todos os que se dedicassem a escrever. Por isso, a gramática já desde o início se tornou matéria da escola.

Ao se referir à gramática normativa, Franchi (*apud* TRAVAGLIA, 1997, p.24) aponta que a “gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrados pelos bons escritores.”

Bagno (2012, p. 18) destaca que a Gramática tradicional foi “criada para servir de régua/regra para a língua escrita literária, ela passou a ser usada para medir e regular/regrar todo e qualquer uso linguístico”. Assim, a gramática normativa atua como objeto de regulação do comportamento linguístico e toda a variação que foge às suas regras é taxada como erro.

Podemos dizer que, junto com a gramática tradicional, surgiu a noção de erro linguístico, pois desde sua origem essa apresenta-se com um caráter normativo e busca regular a maneira como as pessoas devem falar e escrever, buscando criar uma língua padrão e homogênea, pois “para os primeiros intelectuais que se dedicaram ao estabelecimento e fixação de regras gramaticais [...], a variação era um “problema”, era um “defeito” da língua que precisava ser corrigido” (BAGNO, 2007, p. 87).

Conforme Bagno (2007, p. 69), ao delimitar os rumos dos estudos linguísticos, os criadores das primeiras obras gramaticais defendiam os seguintes preceitos:

Desprezo pela língua falada e supervalorização da língua escrita literária; depreciação das variedades não urbanas, não letradas, usadas por falantes excluídos das camadas sociais de prestígio (exclusão que atingia todas as mulheres); criação de um modelo idealizado de língua, distante da fala contemporânea, baseados em opções já obsoletas (extraídas da literatura do passado) e transmitida apenas a um grupo restrito de falantes, os que já tinham acesso à escolarização formal. (BAGNO 2007, p. 69)

Nesse sentido, de acordo com o autor, como consequência desses preceitos, passa a ser visto como erro:

Todo e qualquer uso que escape a esse modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada; toda pronúncia, todo vocabulário e toda a sintaxe que revelam a origem social desprestigiada do falante; tudo o que não consta dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso a escolarização formal e a cultura legitimada. (BAGNO, 2007, p. 69).

Tendo em vista estes preconceitos, é perceptível que a gramática tradicional é fruto de ideais burgueses, baseados em princípios hierarquizantes e excludentes, visto que tais atitudes apresentam um caráter seletivo, que agrega apenas os usos de um grupo restrito de falantes e, como consequência, exclui a variação linguística presente na fala da maior parte da população.

Ainda de acordo com Bagno (2012, p. 17), tal gramática apresenta-se como um instrumento de poder e dominação da classe dominante sobre os demais grupos sociais, afirmando que tal instrumento criou e propagou ideias preconceituosas a respeito da língua que permanecem vivas até os dias de hoje no senso comum. Por essa lógica, vale salientar que o ideal de língua defendido nos compêndios gramaticais foge a realidade dos falantes que estão à margem da sociedade, os quais, por razões históricas e sociais, não conseguem se adequar a essas normas

Não é por acaso que ao longo do tempo, foi se criando a ideia de que “saber gramática” era um “valor moral” ou um “dever cívico” e que a pessoa que sabia “se expressar bem era, quase automaticamente, uma pessoa boa, idônea, de caráter limpo, amante do seu país, cumpridora de seus deveres, etc. (BAGNO 2012, p. 51)

Nesse sentido, Camacho (2012, p. 79) destaca que, ao impor a norma da classe dominante como referencial exclusivo para o ensino de língua, a ação normativa na educação atua como uma violência simbólica sobre os grupos marginalizados, que não dominam essa variedade linguística socialmente prestigiada.

A variedade linguística de uma comunidade é fator de identificação social dos seus membros. Se for estigmatizada pela escola, em contraponto à norma padrão, instaura-se um conflito entre os valores simbólicos, que a instituição pretende inculcar, e os que o aluno tem para compartilhar com os demais membros de sua própria comunidade e que os identificam com seus pares. (CAMACHO 2012, p. 80)

Essa violência simbólica pode causar sérias consequências à vida escolar do aluno, o qual se vê frustrado ao perceber que a sua gramática internalizada, isto é, a língua adquirida por ele no convívio social, é totalmente estigmatizada pela escola, ao passo que se vê obrigado a adotar uma norma muito distante da sua realidade linguística. Assim, de acordo com Camacho (2012, p. 79), essa conduta impositiva adotada pela escola no ensino pode gerar no aprendiz insegurança linguística e rejeição à língua.

De acordo Antunes (2003, p. 20), tal atitude resulta no insucesso escolar, pois logo de início o aluno percebe que ele “não sabe português”, de que “o português é uma língua muito difícil”. Conforme a autora, como consequência dessa prática normativa manifesta-se no aprendiz a aversão às aulas de português e, em alguns casos evasão e repetência.

Ainda na perspectiva de Antunes (2003, p. 20), devido a essa situação, o alunado em sua maioria deixa a escola acreditando ser linguisticamente inferior, o qual é privado de tomar a palavra, participar de maneira crítica do que acontece na sociedade em que está inserido, além de não poder fazer valer os seus direitos, e como consequência fica à margem das decisões sociais.

Considerando esse aspecto impositivo da Gramática no âmbito do ensino da língua portuguesa, Bagno (2001, p. 9) aponta que:

Ensinar português significa, na prática pedagógica tradicional, inculcar um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas “corretas”, impor uma série de pronúncias artificiais que não correspondem a nenhuma variedade linguística real, cobrar o conhecimento (ou, melhor, a memorização mecânica e estéril, a decoreba inútil) de uma nomenclatura falha e incoerente, junto com definições contraditórias e incompletas.

Dialogando com tal ideia, Antunes (2003, p. 40) afirma que “o conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita a noções de regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática.” Dessa forma, fica nítido que essa prática pedagógica voltada para as nomenclaturas da gramática tradicional mantém certa distância do uso interativo e funcional da língua.

Nesse sentido, de acordo com Antunes (2003, p. 31), o trabalho em torno da gramática normativa apresenta-se de forma descontextualizada, a partir de frases e palavras isoladas, sem interlocutores, votada para a nomenclatura e a classificação das unidades, a qual apoia-se em regras que estão fora do contexto de uso da língua. Esse modelo pedagógico consiste em um ensino totalmente alheio ao uso linguístico e descarta a função social e interativa da língua.

Levando em consideração o fenômeno da variação linguística, Bagno (2001, p. 59) propõe que a escola adote um ensino crítico da norma padrão, trazendo para o bojo homogêneo de tal norma a heterogeneidade presente no uso da língua em situações reais. Assim, de acordo com o autor, esse ensino crítico consiste mostrar a partir de argumentos empíricos e científicos que a norma padrão não é superior às demais variedades linguísticas.

Nesse sentido, Bagno (2001) afirma que a instituição escolar deve dar mais espaço às manifestações linguísticas, buscando observá-las no maior número possível de gêneros textuais e de variedade de língua.

Proponho desdobrar dentro da escola o painel multifacetado, complexo e rico da realidade linguística brasileira, em vez de oferecer como único modelo a ser imitado o dos clássicos da literatura. A escola, insisto, tem de se abrir a todos os gêneros em que se pode concretizar o uso da língua (BAGNO, 2001, p.59).

Ao adotar o modelo normativo, a escola acaba disseminando o preconceito linguístico e alastrando as discriminações existentes em relação aos falantes que pertencem a grupos marginalizados que por razões históricas, sociais e culturais não dominam as normas prescritas nos compêndios gramaticais. Assim, cabe ao professor compreender o caráter variável da língua, levando em conta o valor simbólico e indenitário do dialeto utilizado pelo aluno, para dessa maneira evitar maiores conflitos e constrangimentos.

Em se tratando do processo de alfabetização e letramento, Faraco (2012, p. 81-82) afirma que há mais de um século da formalização da disciplina de língua portuguesa nas

instituições escolares, o nível de letramento ainda é muito baixo. E, segundo o autor, tal situação deve-se ao fato de que o nosso sistema escolar não sabe letrar seus alunos, e não tem uma pedagogia que contemple a demanda da educação letradora democrática.

A origem desse problema é reflexo das desigualdades sociais que permeia a sociedade brasileira, pois a escola pública, responsável pela educação da maior parcela da população, lida com alunos que não tem um contato prévio com a cultura letrada e como consequência, esse sistema escolar não dispõe de pedagogias que alcancem esse público.

É preciso levar em conta que “mergulhar na cultura letrada implica hoje aprender a transitar por vários suportes tecnológicos simultaneamente” (FARACO, 2012, p. 83), visto que a sociedade está a cada dia se modernizando e proporcionando aos seus cidadãos diversas tecnologias de informação e comunicação. Nesse sentido, cabe à escola alfabetizar e letrar seus alunos para transitarem pelo mundo da leitura e da escrita e também no mundo virtual e informatizado, de múltiplas linguagens.

No entanto, essa não é tarefa fácil, pois “as mudanças tecnológicas e culturais nos alcançaram sem que tivéssemos consolidado razoavelmente a cultura do livro e da escrita” (FARACO 2012, p. 84). Diante desse contexto, o autor salienta que é necessário a formulação de um projeto político pedagógico que busque vencer esse atraso e contemplar as novas realidades dos alunos, principalmente aqueles provenientes de segmentos sociais historicamente excluídos do acesso a escrita e à cultura letrada.

O que se propõe nesse caso é a construção de um projeto pedagógico democrático que contemple as particularidades e compreenda as limitações do público diversificado que ocupa as escolas públicas do Brasil, para que de fato haja a imersão desses alunos no universo do letramento e o domínio pleno da leitura e da escrita, além das habilidades comunicativas como um todo.

Conforme Faraco (2012, p. 87), para que tais objetivos sejam alcançados, a escola não deve restringir o letramento como tarefa exclusiva do professor de português, nem isolar as especificidades de cada área, mas buscar articular os saberes, a linguagem, enfim as diferentes formas de interação oral e escrita de cada disciplina escolar.

Nesse sentido, o ensino deve ser pautado nos princípios da interdisciplinaridade, buscando o diálogo e aproveitando-se dos saberes presentes em todas as disciplinas escolares. No entanto,

A escola atual [...] é arraigadamente disciplinar. A área de língua portuguesa chega, inclusive, a ser dividida em três subdisciplinas (gramática, redação,

literatura), o que além de revelar uma concepção fragmentadora do ensino, deixa transparentes os eixos que norteiam a ação escolar nessa área (FARACO, 2012, p. 87).

Vale salientar que esta postura se complementa aos pressupostos da gramática tradicional, preocupando-se em transmitir o conhecimento de forma descontextualizada e fragmentada, sem qualquer estímulo à reflexão e ao pensamento crítico.

Na direção contrária a essa realidade enciclopédica que tem permeado o ensino de língua portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam propostas voltadas para o ensino contextualizado e alertam ao professor a não passar apenas nomenclaturas gramaticais vazias, mas significá-las com exemplos funcionais da língua e enfatizar o caráter social e a riqueza dialetal que esta oferece a seus usuários, uma vez que “saber o que é substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, sujeito, predicado, etc. não significa ser capaz de construir bons textos, empregando bem esses conhecimentos” (BRASIL, 1997 p. 60).

Dessa forma, os PCN de língua portuguesa partem da perspectiva de que a escola deve garantir ao aluno pleno domínio da língua oral e escrita, pois a aquisição de tal habilidade “é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento” (BRASIL, 1997 p. 15).

Nesse sentido, a escola não deve restringir-se apenas ao ensino da língua escrita padrão, mas trabalhar as mais diversas habilidades linguísticas presentes tanto na oralidade quanto na escrita, a fim de que os alunos aprendam a adequar-se linguisticamente aos mais variados contextos sociais e exercer seus direitos enquanto cidadãos. Assim, “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas” (BRASIL, 1997 p. 26).

É necessário estimular as habilidades de adequação desde os primeiros anos da vida escolar do aprendiz, já no processo de alfabetização, e induzi-lo a desenvolver tais habilidades em todas as modalidades da língua, para que este possa expressar seus pensamentos e significar o mundo nos diversos contextos em que estiver inserido.

Dessa perspectiva, a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL, 1997 p. 22).

Por esse viés, é possível afirmar que as formas linguísticas são ricas em significados culturais e funcionam como um marcador de identidade, por essa razão o processo de aprendizado de uma língua não se restringe à mera decodificação dos signos linguísticos, mas o desenvolvimentos das capacidades interativas entre seus falantes, os quais devem estar atentos aos significados que os termos adquirem dentro da sociedade, pois “produzir linguagem significa produzir discursos. Significa dizer alguma coisa para alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico” (BRASIL, 1997 p. 22).

Para que a capacidade de uso da linguagem se desenvolva, os PCN de Língua Portuguesa enfatizam que o ensino da língua materna deve trabalhar com os mais diversos tipos de textos e gêneros textuais, uma vez que

Todo texto pertence a um determinado gênero, com uma forma própria, que se pode aprender. Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo como fonte de referência, repertório textual, suporte da atividade intertextual. A diversidade textual que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno (BRASIL, 1997 p. 28).

Assim, é preciso levar em consideração a pluralidade linguística, decorrente dos diversos contextos sociais em que os alunos estão inseridos, no intuito de propiciá-los um universo amplo de possibilidades de uso da língua. Para tanto, faz-se necessário trabalhar com textos reais que circulam socialmente e não se prender a frases isoladas e artificiais, criadas simplesmente para exemplificar regras gramaticais e que só existem no contexto da sala de aula.

Considerando as variações linguísticas presentes no bojo da língua portuguesa, é importante que a escola, enquanto instituição responsável pelo desenvolvimento das capacidades de uso da língua, reconheça tais variações sem agregar valor negativo a determinadas formas, para não menosprezar a fala de determinados grupos. Além disso, é preciso viabilizar o processo de ensino a partir de abordagens interativas, fazendo uso de diversas linguagem e gêneros textuais, a fim de que o aluno possa usar a língua com eficácia nos mais variados contextos sociais.

3 VARIAÇÃO FONÉTICA E FONOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A ESCRITA

O presente capítulo tem como objetivo traçar discussões a respeito da variação fonética e fonológica e sua relação com a escrita. A princípio será apresentado alguns fenômenos variáveis na fonética do Português Brasileiro, dentre os quais será enfatizado o processo fonológico ditongação. Posteriormente será delimitada as particularidades da oralidade da escrita. E, por fim, será discutido a influência dos aspectos fonológicos na escrita.

3.1 FENÔMENOS VARIÁVEIS NA FONÉTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Partindo dos pressupostos da sociolinguística, é perceptível que as línguas humanas apresentam variações em todos os níveis de análise linguística, pois cada falante tem sua maneira particular de se expressar, contudo é necessário destacar que essas variações ocorrem, sobretudo, no âmbito da fonética e da fonologia. Dessa forma, em se tratando do português brasileiro é possível afirmar que este oferece a seus usuários uma vasta gama de fenômenos variáveis no nível fonético-fonológico.

Esses fenômenos variáveis presentes na fonética do português brasileiro, dizem respeito a processos fonológicos que a língua portuguesa vem sofrendo desde o latim até os dias atuais. Segundo Botelho e Leite (2005), esses processos de transformação que a língua passa são classificados como metaplasmos; no entanto, os autores sinalizam que os metaplasmos não são apenas os processos sofridos pela língua na passagem do latim para o português, mas que estes fenômenos continuam influenciando e transformando a língua portuguesa em seu estágio atual, principalmente no uso do vernáculo em situações cotidianas, em que é possível notar transformações fonéticas em pronúncias de palavras consagradas no léxico.

Dessa forma,

A definição de metaplasmos perpassa o âmbito dos processos de transformação fonética por que passa uma língua. No caso dos metaplasmos contemporâneos, consideramos as transformações ocorridas a partir da Língua (no nosso caso a portuguesa do Brasil), que conhecemos hoje (BOTELHO; LEITE, 2005, p. 2).

Esses processos fonológicos, classificados como metaplasmos contemporâneos, se situam no estágio atual da língua, os quais se configuram como variações e podem vir sofrer

possíveis transformações em estágios futuros, assim como ocorreu entre o latim e o português.

Conforme Botelho e Leite (2005), os processos fonológicos podem ser divididos em quatro grupos: por aumento; por supressão; por transposição e por transformação.

Metaplasmos por aumento: conforme Botelho e Leite (2005) estes ocorrem quando inserimos um fonema no vocábulo, aumentando assim a sua forma fonética, ou seja, há um acréscimo de vogais ou consoantes no termo. Nesse grupo destacam-se os seguintes fenômenos.

a) Epêntese: É a inserção de um fonema no meio da palavra. Dos casos em que ocorre epêntese, observadas em nossa língua oral, destacamos: asterisco > asterístico; lista > listra (forma registrada em dicionário); beneficência > beneficiência; prazerosamente > prazerosamente; e estalo > estralo (forma registrada em dicionários)

b) Anaptixe (ou suarabácti): É o nome dado ao fenômeno de acrescentar uma vogal para desfazer um grupo consonantal: ignorante > iguignorante; pneu > peneu ou pineu; e advogado > adevogado ou adivogado.

d) Paragoge (ou epítese): É o nome dado ao metaplasmo que acrescenta um fonema no final da palavra: mártir > mártire; e variz > varize.

e) Prótese: É o nome que caracteriza o fenômeno de inserção de um fonema no início da palavra: renegar > arrenegar (forma registrada em dicionários); lagoa > alagoa (à semelhança de Alagoas – estado brasileiro); voar > avoar (forma registrada em dicionários); lembrar > alembrar; e soar > assoar (forma registrada em dicionários, com a acepção de “limpar o nariz”).

Obs.: Pode ser considerado prótese o caso de aglutinação: de repente > derrepente; a frete > afrete (ou àfrete, de à frete); e a cerca de > acerca de (forma registrada em dicionários). (BOTELHO; LEITE, 2005, p. 3-4).

Metaplasmos por supressão: de acordo com Botelho e Leite (2005), essa categoria de metaplasmos é caracterizada pela supressão de um fonema de um vocábulo. Nesse grupo os autores destacam os seguintes fenômenos:

a) Aférese: É o nome que caracteriza o fenômeno de supressão de um fonema (ou uma sílaba) do início de um vocábulo: ainda > inda; até > té; está > tá (forma registrada); espera > péra; José > Zé; você > cê; uniforme > niforme (ou liforme).

b) Apócope: É o nome dado ao fenômeno que suprime um fonema no final do vocábulo: bobagem > bobage; quer > qué; saber > sabê; passar > passá; parênteses > parentes; furúnculo > furunco; lâmpada > lampa; rapaz > rapá; pôr > pô; e licença > cença.

c) Síncope: É o nome dado à supressão de fonemas no meio do vocábulo: horóscopo > horospo; bêbado > bebo; cócegas > coscas; padrinho > padinho; também > tamém; mesmo > memo; murcho > mucho; negro > nego; compadre > cumpade; experimento > expremento, e drible > dibre (com rotacismo, por assimilação total progressiva do “l” drible > dribre).

d) Haplologia: É o nome dado ao fenômeno que suprime a primeira, de duas sílabas sucessivas, no meio da palavra, por ter semelhança sonora com a seguinte. Esse fenômeno é uma modalidade da síncope: entretenimento > entretimento (forma registrada em dicionários); paralelepípedo > paralepípedo; e infalibilidade > infabilidade. (BOTELHO; LEITE, 2005, p. 4 - 5)

Metaplasmos por transposição: de acordo com Botelho e Leite (2005), esse tipo de metaplasmo ocorre por deslocamento de posição de fonemas em um vocábulo ou por transposição do acento tônico da palavra. Nesta categoria, os autores destacam os seguintes casos:

- a) Metátese: É o nome dado à transposição de um fonema em uma mesma sílaba de um vocábulo: perto > preto; perguntar > preguntar; barganha > braganha; prateleira > parteleira; entreter > enterter, e entretela > entertela.
- b) Hipértese: É o nome dado à transposição de um fonema de uma sílaba para outra em um vocábulo: nervoso > nevroso; e bicarbonato > bicabornato.
- c) Sístole: É o nome dado ao deslocamento, por recuo, do acento tônico de um vocábulo: rubrica > rúbrica; ruim > ruim (rú); filantropo > filântropo; acrobata > acróbata (forma registrada em dicionários).
- d) Díástole: É o nome dado ao deslocamento, por avanço, do acento tônico de um vocábulo: opto > opito (pí); gratuito > gratuító; águo > aguó (gú) (forma aceita); íterim > íterim (rím); e designo > desiguino (guí). (BOTELHO E LEITE, 2005, p. 5-6).

Por fim, Botelho e Leite (2005) apresentam os **metaplasmos por transformação**, os quais, de acordo com os autores ocorrem quando um fonema de um vocábulo se transforma e passa a ser outro fonema distinto e lugar do primeiro. Nesse grupo se destacam os seguintes fenômenos:

- a) Degeneração: É o nome dado ao processo de transformação do fonema /b/ em fonema /v/: assobiar > assoviar (forma registrada em dicionários); basculante > vasculante (ou vasculhante); e travesseiro > trabesseiro.
- b) Desnasalação: É o nome dado ao processo de transformação de um fonema nasal a um fonema oral: virgem > virge; homem > home; benjoim > beijoim (forma registrada em dicionários); e fizeram > fizeram.
- c) Dissimilação: É a transformação de um fonema para diferenciação de um outro semelhante existente no mesmo vocábulo: pílula > pírula; estrambótico > estrambólico; itinerário > etinerário; e privilégio > previlégio.
- d) Rotacismo: É a transformação do fonema /l/ em /r/: alface > arface; almoço > armoço; aluguel > aluguer (forma registrada em dicionários); Flamengo > framengo; flauta > frauta (forma registrada em dicionários); flecha > frecha (forma registrada em dicionários).
- e) Lambdacismo: É a transformação do fonema /r/ em /l/: freira > flera (ê); e cabeleireiro > cabelelero (com monotongação de “-lei-” e “-rei-”).

f) Ditongação: É o nome dado à transformação de uma vogal ou um hiato em ditongo: bandeja > bandeija; caranguejo > carangueijo; e saudar (sa-u-dar) > saudar (sau-dar) (pronúncia mais incidente).¹

g) Monotongação: É o nome dado à transformação ou redução de um ditongo em uma vogal: freira > flera (ê); doutor > dotor; Europa > Oropa; Eugênio > Ogênio; rouba > roba (ó); trouxe > truxe; polícia > poliça; sou > sô; jogou > jogô; besouro > besoro (ô); louco > loco (ô); cabeleireiro > cabelero (ou cabelelero, com assimilação total progressiva de “r”); manteiga > mantega; caixa > caxa; pouco > poco; queijo > quejo; beijo > bejo; treino > treno; beira > bera; ameixa > amexa; e peneira > penera (ê)[...] (BOTELHO E LEITE, 2005, p. 6-7)

A existência dos processos fonológicos nas línguas humanas é um fato indiscutível, haja vista os exemplos citados acima. Dessa forma, é possível afirmar que tais fenômenos atestam que a língua não é estática, mas sofre processos de transformação, que envolvem sobretudo o campo da fonética e da fonologia, apresentando alterações sonoras de consoante vogais e até mesmo de sílabas.

Dada essa realidade nos resta a seguinte indagação: o que induz o falante a desviar-se foneticamente do uso de formas já consagradas no léxico?

Conforme Stampe (1973 apud OTHERO, 2005),

um processo fonológico é uma operação mental que se aplica à fala para substituir, no lugar de uma classe de sons ou de uma seqüência de sons que apresentam uma dificuldade específica comum para a capacidade de fala do indivíduo, uma classe alternativa idêntica, porém desprovida da propriedade difícil. (STAMPE, 1973, p. 1 apud OTHERO, 2005, p. 3).

Dessa maneira, os processos fonológicos se apresentam como alternativas mais confortáveis de pronúncia dos sons ou grupos de sons, ou seja, o falante involuntariamente tende a simplificar os sons mais complicados que exigem mais esforços de produção. “Grosso modo, podemos dizer que um som com certa propriedade “difícil” (em termos articulatórios, motores ou de planejamento) é substituído por algum outro que seja exatamente igual, mas desprovido dessa propriedade que o torna mais complexo” (OTHERO, 2005, p. 3).

Esta simplificação dos sons pode ser motivada por diversos fatores, pois “apesar de a substituição fonológica ser uma operação mental, ela é claramente motivada pelo caráter físico da fala – suas propriedades neurofisiológicas, morfológicas, mecânicas, temporais e acústicas”. (STAMPE, 1973, p. 6 apud OTHERO, 2005, p. 4).

¹ Grifo nosso

Nessa perspectiva, Mollica (1998) explica que as variáveis que apresentam maiores dificuldade de processamento, tal como os enunciados mais longos, tendem a perder substância fônica em função do princípio de economia ou lei do menor esforço. De acordo com a autora, é muito comum casos de cancelamento da vibrante em palavras de grande extensão como em *agradecer* ~ *agradece*, as quais são podem ser condicionadas pela interação de fatores de natureza psicolinguística (extensão de vocábulos) e fonológica (posição da sílaba na palavra) com fatores de ordem pragmática (contextos formais/informais).

Ao discutir aquisição de processos fonológicos Mollica (2003), afirma que, em se tratando dos primeiros dois anos de aquisição linguística por parte das crianças, quase não há alternância nos processos variáveis de cancelamento ou inserção de segmentos em estruturas silábicas, visto que nestes estágios, os nativos em qualquer língua realizam padrões silábico simples como V e CV, razão que os levam a produzir ‘oto’ ao invés de ‘outro’, ‘coto’ por ‘biscoito’. De acordo com a autora, essa alternância começa a ocorrer na medida em que os padrões mais complexos são aprendidos, como o travamento silábico ou os encontros consonantais, nesse estágio as crianças já começam a alternar segmentos como em ‘oto’ ~ ‘outro’, ‘perder ~ perdê’, ‘lápiz’ ~ ‘lápi’, ‘mesmo ~ mermo’, ‘peixe’ ~ ‘pexe’, ‘clubê’ ~ ‘cubre’, etc.

Por esse viés, Mollica (2003) ressalta que as regras variáveis não aparecem simultaneamente, pois há fenômenos que surgem em estágios mais iniciais da aquisição linguística, enquanto outros ocorrem em estágios mais avançados. Nesse sentido,

Pode-se afirmar que há provavelmente dois princípios subjacentes a gênese da variação fonológica. (1) O falante passa, num primeiro estágio, de estruturas mais simples para mais complexas, só posteriormente, em outras etapas, começa a apresentar alternância. (2) O falante aprende primeiro os fonemas assemelhados entre si, depois os mais fortes do ponto de vista fonético, para posteriormente enfraquecer os segmentos ou cancelá-los. (MOLLICA, 2003, p. 21)

Em virtude dos fatos apresentados é evidente que os processos fonológicos fazem parte dos sistemas linguísticos, os quais surgem naturalmente na medida em que o falante vai adentrando no processo de aquisição linguística, por essa razão tais fenômenos não devem ser estigmatizados, visto que sempre estará presente na atividade linguística de todos os falantes, e em todas as línguas, embora possa ocorrer em maior ou menor escala a depender do nível de escolaridade e monitoramento do falante.

3.1.1 A ditongação no português brasileiro

No panorama dos processos fonológicos, a ditongação é um fenômeno notório na oralidade dos falantes do português brasileiro. Esse fenômeno é classificado por Botelho e Leite (2005, p. 7) como um metaplasmo por transformação, que consiste na alteração de uma vogal ou um hiato em ditongo, em palavras como: “bandeja > bandeija; caranguejo > carangueijo; e saudar (sa-u-dar) > saudar (sau-dar) (pronúncia mais incidente)”.

Segundo Aragão (2014, p. 3), “a ditongação, ao que tudo indica, é um fenômeno essencialmente fonético causado por necessidades eufônicas, não tendo, assim, existência no sistema da língua, mas em sua realização na fala”. Por essa razão, a autora enfatiza que esse fenômeno está sujeito a variações condicionadas por fatores de ordem linguística como contexto fonético, anterior ou posterior, a velocidade de elocução, ou o tamanho da palavra, e por fatores sociolinguísticos.

Peixoto (2011) destaca que a interpretação dos encontros vocálicos é um ponto importante para o estudo da ditongação, visto que estes podem ser constituídos por sequências de segmentos vocálico pertencentes a mesma sílaba, como é o caso do ditongo ou integrar sílabas diferentes como no caso do hiato.

A diferença fonético-articulatória entre ditongos e hiatos encontra-se apoiada no fato de os primeiros serem produzidos por uma mesma emissão de voz (mesma sílaba) e o segundo ser produzido por diferentes emissões de voz (sílabas diferentes). Os hiatos podem ser definidos como o encontro de duas vogais que integram núcleos silábicos diferentes, isto é, são núcleos de suas próprias sílabas. Os ditongos representam, por sua vez, o encontro de duas vogais que integram o mesmo núcleo silábico, isto é, pertencem ao núcleo da mesma sílaba. (PEIXOTO, 2011, p. 49-50)

Para melhor compreender o fenômeno da ditongação de segmentos é necessário compreender os ditongos na língua portuguesa. Segundo Margotti e Zibetti (2005), os ditongos do português atual são resultados de vários processos de evolução desde o latim vulgar. Conforme os autores, no latim clássico havia apenas quatro ditongos, a saber: ae, oe, au, e eu, contudo no processo de evolução da língua alguns se reduziram a simples vogais e outros deram origem a novos ditongos.

Em artigo de título “Ditongação em sílabas fechadas por /s/: os dados do projeto ALiB nas capitais brasileiras”, Mota e Silva (2015) buscaram investigar sobre a ditongação em sílabas travadas por /S/ em 25 capitais brasileiras baseada nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB. Para a realização da pesquisa foram realizadas a aplicação do

questionário fonético-fonológico (QFF), do questionário semântico-lexical (QSL) e dos temas para discursos semidirigidos (TDS). Os resultados dessa investigação, apontaram que as variantes ditongadas são condicionadas por fatores extra e intralinguísticos. De acordo com as autoras, os dados que comprovam a presença e a ausência de ditongação diante de /S/ dividem as capitais em três grandes grupos, a saber: (1) aquelas em que a ditongação ocorreu em larga escala (capitais do Nordeste, lideradas por Salvador, além do Rio de Janeiro e Manaus); (2) aquelas em que a ocorrência da ditongação foi intermediária (Boa Vista, Porto Velho e Rondônia); aquelas em que a ocorrência do fenômeno foi quase nula (capitais do Centro-Oeste e do sul, São Paulo, Vitória e Belo Horizonte, no sudeste, Macapá e Belém no norte). Além disso, os resultados apontaram que nos contextos mais salientes houve a prevalência maior da ditongação, pois foi nos monossílabos e em sílabas tônicas que eles foram mais frequentes.

Com base em estudos sobre o tema, podemos afirmar que a ditongação é um fenômeno de uso frequente no português brasileiro e a sua aplicação na fala das pessoas está ligada a condicionadores linguísticos e extralinguístico.

3.2 A FALA E A ESCRITA

Em nossa sociedade, desde épocas remotas, as instituições escolares pautam-se na lógica de uma cultura letrada, baseando-se nos pressupostos da gramática tradicional e tem como parâmetro a modalidade escrita da língua, considerando-a superior a fala, assim “a escrita, sobretudo a literária, sempre foi considerada a verdadeira forma de linguagem, e a fala instável, não podendo constituir objeto de estudo” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 12).

De tal modo, a fala do ponto de vista da gramática tradicional é considerada como uma estrutura desorganizada e instável, sendo assim, de acordo com Marcuschi (apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 12), “os gramáticos imaginam a fala como o lugar do erro, incorrendo no equívoco de confundir a língua com a gramática codificada”.

No entanto, apesar de sua importância política e social, a modalidade escrita da língua é posterior ao discurso oral, pois há registros históricos de que as atividades interativas entre seres humanos iniciaram-se a partir da oralidade. Dessa maneira, a língua escrita “será sempre secundária, pois é assim desde o início da aventura do ser humano sobre este planeta: a escrita tem somente 10.000 anos, enquanto a espécie humana vem falando há pelo menos um milhão de anos!” (BAGNO, 2001, p. 24).

Nesse sentido, a língua falada é tida como a língua primária, ao passo que a escrita é uma representação dessa língua, sendo, portanto derivada. Dialogando com tal ideia, Bagno (2001, p. 24) argumenta que “a língua falada é que é a verdadeira língua natural, a língua que cada pessoa aprende com sua mãe, seu pai, seu, seus irmãos, sua tribo, seus grupos sociais etc. ela é que é a língua viva, em constante ebulição, em constante transformação”.

Nessa perspectiva, Biber (apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 13) descreve:

Certamente em termos de desenvolvimento humano, a fala é o *status* primário. Culturalmente, os homens aprendem a falar antes de escrever e, individualmente, as crianças aprendem a falar antes de ler e escrever. Todas as crianças aprendem a falar (excluindo-se patologias); muitas crianças não aprendem a ler e a escrever. Todas as culturas fazem uso da comunicação oral; muitas línguas são ágrafas. De uma perspectiva histórica e da teoria do desenvolvimento, a fala é claramente primária.

Entende-se, dessa forma, que a língua não se reduz à escrita, deste modo a inexistência do sistema escrito não irá frear o desenvolvimento linguístico de uma comunidade. No entanto, não podemos negar a importância da grafia em nossa sociedade moderna.

Ao tratarem de questões pertinentes à relação existente entre fala e escrita, Fávero; Andrade; Aquino (2012, p. 73) salientam que é necessário lembrar que estas duas modalidades pertencem ao mesmo sistema linguístico, assim o que poderia ser considerado distinção corresponde a diferenças estruturais.

Desse modo, ao discutir essas diferenças estruturais, entre a fala e a escrita, Akinnaso (apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 73) afirma que;

A escrita é essencialmente um processo mecânico, sendo necessárias a manipulação de um instrumento físico e a coordenação consciente de habilidades específicas motoras e cognitivas. Assim, a escrita é completa e irremediavelmente artificial, enquanto a fala é um processo natural, fazendo uso dos meios assim chamados órgãos da fala.

A partir desses argumentos percebe-se que a fala e a escrita são duas faces de uma mesma moeda (língua), sendo a primeira adquirida de forma natural e espontânea, ao passo que a outra é artificial e exige treino, exercício e memorização.

Ainda no que diz respeito às diferenças existentes entre o texto oral e o texto escrito, Fávero, Andrade e Aquino (2012, p. 74-75) fazem referência à pesquisa realizada, em 1962, por Drieman e outros pesquisadores, a fim de evidenciar distinções entre a fala e a escrita.

Assim, na pesquisa, ficaram evidentes determinadas características próprias da língua escrita, como:

- Palavras mais longas (polissilábicas);
- Mais adjetivos atributivos;
- Um vocabulário mais variado;
- Um texto mais curto;

Ao passo que o estilo falado tende a ser caracterizado por:

- Menos palavras;
- Palavras com menos sílabas;
- Frases mais curtas;
- Mais palavras pessoais do que o estilo escrito;

Contudo, é necessário destacar que tais características dependem de fatores como contexto e gênero textual. Pois, estes podem interferir na escolha dos usos linguísticos tanto na modalidade oral quanto na escrita.

Devido às particularidades da fala e da escrita, é necessário que a escola, na condição de formadora de sujeitos, considere ambas as modalidades e proporcione a seus alunos o acesso às variações que a língua pode oferecer, “dando-lhes a consciência de que a língua não é homogênea, monolítica, trabalhando com eles os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades escrita e falada” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 14).

3.2.1 A influência dos aspectos fonológicos na escrita

Vale salientar que o sistema alfabético ortográfico trata-se de uma convenção, um sistema artificial e arbitrário de representação do sons de uma determinada língua. Conforme Simões (2006, p. 41), em se tratando do Brasil, as normas que regem a maneira que devemos escrever são reguladas pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 1940, aprovada por unanimidade pela Academia Brasileira de

Letras em 29 de janeiro de 1942, mas tendo sofrido algumas alterações posteriormente, a mais recente em 2009 com o novo acordo ortográfico.

Dessa forma, a escola tem como base para o ensino a norma ortográfica regulamentada na lei, a norma apregoada pela Gramática Tradicional, a qual é denominada norma-padrão.

De acordo com Simões (2006, p. 47), é óbvio o compromisso da escola com o domínio da língua em seu registro padrão, o qual é manifestado por meio do estilo formal exigido na escrita de seus alunos. No entanto, o período de letramento coincide na maioria das vezes, com o choque entre a variante popular do aluno e a variante padrão, dominada e cobrada pelo professor. Assim, o domínio do sistema ortográfico é um grande desafio para o estudante, visto que este está sendo apresentado a uma nova modalidade da língua. Dessa maneira “quando lidamos com alunos que tem acesso muito limitado à norma culta em seu ambiente social, temos de levar em conta a interferência de regras fonológicas e morfossintáticas de seu dialeto na aprendizagem do português padrão” (BORTONI-RICARDO, 2005 p. 53).

Considerando o caráter heterogêneo da língua, é muito comum que as variações fonológicas interfiram na escrita de alunos das séries iniciais. Assim, de acordo com Fávero; Andrade; Aquino, (2012, p.13) “a fala influencia sobremaneira a escrita nos primeiros anos escolares, principalmente no que se refere à representação gráfica dos sons”.

Dessa forma, a interferência da oralidade na escrita resulta em desvios da ortografia padrão. Nessa perspectiva, Mori (2012, p. 160-161) argumenta:

Embora os sistemas alfabéticos de escrita sejam idealmente fonológicos diversos fatores de mudanças linguística e extralinguística produzem discrepância entre as estruturas fonológicas das línguas e suas ortografias. [...] os sistemas de escrita, portanto, não acompanham o desenvolvimento dinâmico da língua oral, daí essa defasagem entre a fala e, a sua representação gráfica, dando como resultado os problemas ortográficos no momento de se escrever. O professor deveria, nesse caso, conhecer o sistema fonológico da língua para poder explicar sobre os problemas de ortografia.

Ao tratar da interferência da camada fônica no texto escrito, Simões (2006, p. 16) apresenta como hipótese a complexidade (arbitrariedade) do sistema alfabético-ortográfico. Pois um som pode ser representado por figuras diferentes, ao passo que uma única figura pode representar sons diferentes.

Ao se referir a esse fenômeno de interferência da fala na escrita, Bortoni-Ricardo (2005), baseada nos modelos linguísticos de análise e diagnose de erros, apresenta como hipóteses quatro categoria de erros:

1. Erros decorrentes da própria natureza arbitrária do sistema de convenções da escrita.
2. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas categóricas no dialeto estudado;
3. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis graduais;
4. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 54).

Assim, de acordo com a autora, a primeira categoria diz respeito aos erros que resultam do conhecimento insuficiente das convenções ortográficas. Em sua maioria, são resultantes das relações plurívocas entre fonema e som. A segunda categoria são erros referentes à interferência de regras fonológicas categóricas, como a “neutralização das vogais anteriores /e/ e /i/ e das posteriores /o/ e /u/ em posição pós-tônica ou pretônica” (2005, p. 56). A terceira categoria refere-se à influência de regras fonológicas variáveis graduais, servindo como indicadores de variedades sociais. Exemplo: desnasalização das vogais átonas finais, como em homem >> homi. E, por fim, erros decorrentes de traços descontínuos submetidos a estigmas negativos. Exemplo: a troca do /r/ pelo /l/ como em sirva>> silva.

A questão da interferência da oralidade na grafia é discutida por Santos, Santos e Costa (2013) em um artigo intitulado “Processos fonológicos: um olhar sobre a escrita de alunos das séries iniciais”, os quais objetivaram verificar a ocorrência de alguns fenômenos fonéticos que interferem na escrita de alunos das séries iniciais. Para a realização de tal pesquisa foram analisados cinco textos escritos por alunos do 4º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Iaçú/Ba e cinco textos de alunos do 5º do ensino fundamental pertencentes a uma escola municipal de Amargosa/Ba, totalizando dez produções. Assim, a partir do viés da sociolinguística, o estudo analisa o nível de escolaridade para a observação dos fenômenos. Os resultados da pesquisa apontaram a ocorrência de alguns fenômenos fonéticos-fonológicos nos escritos dessas crianças, tais como: alteamento da vogal, monotongação, supressão do r final, juntura intervocabular, desnasalização, vocalização e ditongação. Os dados revelaram que esses desvios decorrentes da oralidade ocorreram com mais frequência entre os alunos do 5º ano.

Ao abordar a questão da influência da fala na escrita em sua dissertação de mestrado de título “A influência da oralidade na escrita: uma análise sociolinguística sobre as redações escolares de alunos de uma escola pública do Distrito Federal”, Gomes (2008) se propôs a

pesquisar alguns fenômenos fonéticos fonológicos presentes nos textos desses alunos, a chamada escrita oralizada, a fim de esclarecer o porquê desses fatos se fazerem presentes nas práticas textuais no início da escolarização.

A pesquisa em questão foi realizada com 206 sujeitos com idades compreendidas entre 16 e 27 anos, jovens e adultos com histórico de insucesso escolar, os quais cursavam uma das três séries do ensino médio nos anos de 2006/2007 no turno noturno em uma escola pública localizada em um bairro periférico da cidade satélite de Taguatinga/ DF.

O *corpus* da pesquisa foi constituído durante dois anos e contou com o total de 687 (seiscentos e oitenta e sete) redações todas produzidas em sala de aula em momentos diferentes, abrangendo desde contextos informais da escrita até contextos mais formais. O autor também buscou observar a linguagem falada a fim de comprovar se os alunos escreviam da mesma forma que falavam. Vale destacar que o pesquisador já era professor dos sujeitos pesquisados, o qual por meio das suas vivências em sala de aula observou que a oralidade se fazia muito presente nos textos escritos de seus alunos e dada essa realidade foi provocado a investigar a fundo o problema.

Para a realização da análise, Gomes (2008) fez a descrição sociolinguística e fonológica dos erros ortográficos causados pela interferência da fala na escrita e explica as possíveis causas para a ocorrência de tais fenômenos. O autor delimitou os erros encontrados na escrita dos alunos em cinco categorias, fundamentado nos contínuos oralidade/ letramento e urbano/ rural, defendidos por Bortoni-Ricardo, 1985; 2005 (apud GOMES, 2008).

Do total de problemas encontrados, Gomes (2008) os dividiu em duas partes: a primeira relacionada aos fenômenos fonético-fonológicos que revelam traços dialetais da comunidade de fala dos informantes, a saber: rotacismo, assimilação, alçamento ou rebaixamento de vogais, cancelamento da vibrante pós vocálica e neutralização de segmentos, omissão de letras de estruturas complexas e grupos de força (hipersegmentação). Na segunda parte, foram colocados os erros relacionados a problemas de alfabetização, pela falta de familiaridade com as regras ortográficas, os chamados erros de ortografia. São eles: ausência de nasalização, contaminação, trocas surdas/sonoras, erros relacionados à intensidade do ditongo, acréscimos de letras, trocas de letras graficamente parecidas, inversão de letras e sílabas, erros por desconsiderar as regras ortográficas, erros por desconhecimento de regras morfológicas, erros relacionados ao desconhecimento da origem das palavras e erros por hipercorreção, etc. No entanto, para o presente trabalho, nos interessa apenas a categoria dos erros decorrentes da interferência da oralidade na escrita.

Conforme Gomes (2008), no grupo dos erros decorrentes da influência da oralidade foram encontrados um total de 379 (trezentos e setenta e nove) casos, nas dissertações. A saber:

- **Rotacismo:** Foram encontrados 11% (onze por cento) de casos, como em crasse para classe
- **Assimilação:** Como em fazeno, dizeno, teno e discutino para fazendo, dizendo, tendo e discutindo. Foram encontrados 19% (dezenove por cento) de casos.
- **Alçamento ou rebaixamento da vogal (pré-tônicas e de pós-tônicas),** como em: muito, tumate, tudu, iscorrer, pulítica para muito, tomate, tudo, escorrer e política. Foram encontrados em 25% (vinte e cinco por cento) dos casos.
- **Cancelamento da vibrante pós vocálica:** Foram encontrados 16 (dezesesseis por cento) de casos, como em dize para dizer, afirma para afirmar, comemora para comemorar.
- **Neutralização de segmentos:** Foram encontrados 9 % (nove por cento) de casos, como em trabaliar para trabalhar, durmi para dormir,
- **Omissão de letras nas sílabas de estruturas complexas:** Existência de sílabas com estruturas diferentes da canônica enfatizada no processo de alfabetização (estrutura CV, consoante-vogal). Segundo o autor trata-se de grafias incompletas resultante da falta de familiaridade do aluno com as regras ortográficas como em detupa para deturpar, fudi para fundir. Foram encontrados 12,4% (doze vírgula quatro por cento) de casos.
- **Hiper-segmentação (grupo de força):** Erros decorrentes da escrita de palavras que não foram segmentadas na maneira convencional, como em afim para a fim, maisoumenos para mais ou menos. Sendo encontrados 7,6 % (sete vírgula seis por cento) de casos nas redações analisadas.

Enquanto que no grupo referente aos erros cometidos sem interferência da oralidade na escrita foram contabilizados apenas 141 (cento e quarenta e um casos). Confirmando a hipótese inicial do autor, de que as alterações ortográficas na escrita de seus alunos ocorrem em função das interferências fonética-fonológicas, ou seja, estão relacionadas à maneira como o aluno representa a sua maneira particular de falar na hora de pôr em prática seus conhecimentos ortográficos. Com isso, o autor observou que o uso vernacular em sala de aula decorre todo contínuo oralidade/ letramento.

Dessa forma, Gomes (2008) conclui que esses problemas ortográficos presentes no processo de aprendizagem da escrita, são resultantes da variação fonética que permeia a realidade escolar tanto dos professores quanto dos alunos. Nesse sentido, o autor alerta que esses problemas devem ser refletidos pela escola, visto que esta é uma instituição mediadora dos saberes e das trocas simbólicas na sociedade, a qual deve se embasar nos princípios teóricos da sociolinguística para adoção de novas metodologias pedagógicas.

Diante de tais observações, fica nítido que as alterações na ortografia dos alunos das séries iniciais são fruto da arbitrariedade do sistema alfabético do português e também da “inobservância da realidade oral da língua, dado que a língua falada não pode ser fielmente representada na escrita”. (SIMÕES 2006, p. 16).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando observar a interferência dos aspectos fonético-fonológicos na escrita com ênfase para o fenômeno ditongação, nas produções dos alunos do 3º e 5º ano da Escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt, na presente pesquisa serão analisadas um total de 798 ocorrências levantadas por meio de uma atividade escrita aplicada para 38 alunos divididos entre as duas turmas. Neste capítulo, será realizada a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para análise da escrita dos alunos.

4.1 A ESCOLA, *LOCUS* DA PESQUISA

A escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt localiza-se na Rua Quinze de Novembro, no Cento de Elísio Medrado/Ba. O prédio dessa instituição educacional conta com quatro salas de aula, distribuídas entre as séries iniciais do Ensino Fundamental. A opção de investigar a escrita de alunos dessa escola justifica-se pelo fato de os alunos que nela estudam serem provenientes da zona urbana e rural e, possivelmente, apresentam no seu modo de falar uma gama de variedades linguísticas.

Entre os anos de 2009 a 2015 as notas atingidas pela escola no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) variaram de 4,2 a 4,8. Resultados similares à média do município, o qual nos referidos anos registrou índices entre 4,1 e 4,8. As projeções do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para 2017 é que a escola conquiste a meta de 5,7. Vale ressaltar que os índices variam em uma escala de zero a dez. Contudo, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), tem estabelecido que a meta do IDEB chegue a 6,0 em 2022, projeção correspondente a um sistema educacional de qualidade.

Se levarmos em conta esses dados, a escola vem conquistando aos poucos essa meta, no entanto, para que esse objetivo seja de fato alcançado é necessário que esta instituição busque suporte nos estudos sociolinguísticos, a fim de que seus alunos adquiram as competências de leitura e escrita ainda nas séries do ensino fundamental. Além disso, é indispensável à execução de uma prática pedagógica que contemple as limitações do público diversificado que ocupa o espaço escolar.

4.2 SELEÇÃO DAS TURMAS E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa, foram selecionadas duas turmas do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, uma do 3º e outra do 5º ano. A escolha das turmas teve como critério a escolaridade, tendo em vista que estes alunos estavam em níveis diferenciados no processo de alfabetização. Ademais, a escolha dessas turmas justifica-se na possibilidade de comparação das aplicações da ditongação na escrita entre as séries, pois a primeira é composta por alunos recém inseridos no processo de letramento, ao passo que na segunda estão agrupados os estudantes que estão concluindo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental e já irão adentrar em uma nova fase em seus estudos.

A turma do 3º ano era composta por 22 alunos, e a do 5º ano por 21 alunos; no entanto, foi necessário descartar 5 amostras da primeira turma, pois essas amostras não forneceram os dados esperados, tendo em vista que os sujeitos que as produziram não eram alfabetizados. Dessa forma, a presente pesquisa contou com um total de 38 amostras.

Vale destacar que das 17 amostras colhidas na turma do 3º ano, 10 foram produzidas por meninas e 7 por meninos. Ao passo que no 5º ano 11 foram produzidas por meninas e 10 por meninos.

Os sujeitos que participaram dessa pesquisa apresentavam faixa etária compreendida entre 7 e 10 anos, os quais são provenientes da zona rural e urbana.

Tendo em vista os meios legais para a realização da investigação acadêmica, a entrada em campo foi pautada nos princípios éticos da pesquisa. Dessa forma, inicialmente, solicitou-se à instituição a autorização para a realização do trabalho, na sequência apresentou-se um termo de consentimento, o qual foi devidamente assinado pela professora responsável pelas turmas. (O termo de consentimento encontra-se em anexo).

4.3 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O interesse em observar o impacto da oralidade sobre a escrita, sobretudo nos primeiros anos da vida escolar do aprendiz, surgiu no Componente Curricular Língua Portuguesa I, no qual ao tratarmos questões referentes à fonética e a fonologia, fomos induzidos a pesquisar sobre a influência desses fatores nas produções escritas de alunos no processo inicial da escolarização. A constatação dessa tendência promoveu o desejo em realizar uma investigação mais aprofundada sobre o tema, tendo em vista a diversidade de processos fonológicos que permeiam nossa realidade linguística.

O corpus desta pesquisa foi obtido a partir das produções escritas pelos alunos do 3º e 5º ano da escola investigada, contando com um total de 38 amostras. Assim, com intuito de diagnosticar a frequência da ditongação na escrita, o presente trabalho teve como proposta pedagógica a aplicação de um ditado com imagens, o qual contava com 30 (trinta) imagens, das quais 21 (vinte e uma) eram propícias ao fenômeno. Para tanto, foi solicitado aos alunos que respondessem o ditado com a palavra correspondente à imagem. (O ditado com imagens encontra-se em anexo).

Vale salientar que tal proposta justifica-se no caráter objetivo do ditado, além de ser uma estratégia para que os alunos não sejam influenciados diretamente pela fala do professor como ocorre nos ditados de palavras popularmente aplicados na escola básica, ou seja, a intenção ao fazer uso de imagens trata-se de uma alternativa, para que o aplicador mantenha-se neutro e não influencie com sua fala os resultados da pesquisa.

4.4 MÉTODO PARA A ANÁLISE

Para a observação e análise dos dados, a presente investigação tem como base metodológica os pressupostos teóricos preconizados pela Sociolinguística Varicionista ou Sociolinguística Quantitativa.

Por meio desse método serão analisados condicionadores de ordem linguística e social favoráveis ao fenômeno da ditongação na escrita dos alunos. Assim, fez-se pertinente selecionar duas variáveis sociais (escolaridade e gênero/ sexo) e duas variáveis de ordem linguísticas referentes ao contexto de ocorrência (final de palavras e interior de palavras).

Os condicionadores exercem papel fundamental em uma análise variacionista/ quantitativa, pois

é o controle rigorosos desses fatores que nos permitem avaliar em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida em detrimento de sua(s) “rival (is)” [...] Os condicionadores ajudam o analista a delimitar quais são os contextos mais propícios a para a ocorrência das variantes em estudo. (COELHO et al, 2015 p. 20).

Assim, a escolha de tal método para a análise dos dados dessa pesquisa, justifica-se na possibilidade de demarcar detalhadamente as variáveis de ordem linguística e extralinguísticas que favorecem a aplicação da ditongação na escrita dos alunos investigados.

No mais, a escolha de uma abordagem de cunho quantitativo para a análise dos dados desta pesquisa, apoia-se no caráter matemático e objetivo que esta poderá conferir as variáveis selecionadas, pois,

a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA 2002, apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 33).

Assim, por meio dessa abordagem de pesquisa será possível observar estatisticamente o papel dos condicionadores sobre os usos da ditongação na escrita dos alunos investigados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, serão expostos os resultados quantitativos referentes ao fenômeno fonético-fonológico ditongação, encontrados na escrita dos alunos do 3º e 5º da escola Ranulfo de Souza Bittencourt, localizada na cidade de Elisio Medrado/Ba. A análise foi fundamentada nas discussões referentes à variação linguística e à interferência da oralidade na escrita de alunos das séries iniciais do ensino fundamental I, tendo em vista que o fenômeno em questão é supostamente comum na fala desses estudantes e, conseqüentemente, migra para a escrita no processo de alfabetização.

5.1 ANÁLISE GERAL DAS VARIANTES NO *CORPUS*

Com o intuito de diagnosticar a frequência da ditongação na escrita dos alunos foi aplicado um ditado com imagens, o qual contava com 30 (trinta) imagens, das quais 21 (vinte e uma) eram propícias ao fenômeno. A proposta dessa atividade era que o aluno respondesse com a palavra correspondente à imagem.

Como destacado anteriormente a proposta do ditado tem como justificativa o seu caráter objetivo, além de ser uma estratégia para que os alunos não sejam influenciados diretamente pela fala do professor, como ocorre nos ditados orais, ou seja, a intenção ao fazer uso de imagens trata-se de uma alternativa para que o aplicador mantenha-se neutro e não influencie com sua fala os resultados da pesquisa.

Durante o levantamento dos dados foi necessário desconsiderar algumas palavras para que os resultados não fossem comprometidos, pois houve casos em que ocorreram desvios em relação à palavra esperada na escrita dos alunos, isto é, em algumas situações os alunos forneceram dados que não correspondiam ao fenômeno.

Visando explicar estatisticamente as ocorrências do fenômeno ditongação na escrita dos alunos, a princípio foi necessário realizar o levantamento geral dos dados encontrados nas 38 atividades aplicadas, os quais somaram um total de 798 ocorrências, organizados em variantes; ditongadas, não ditongadas e desconsideradas. Conforme disposto na tabela abaixo.

Tabela 1- Dados gerais do corpus: Variantes ditongadas/ Não ditongadas/ Desconsideradas

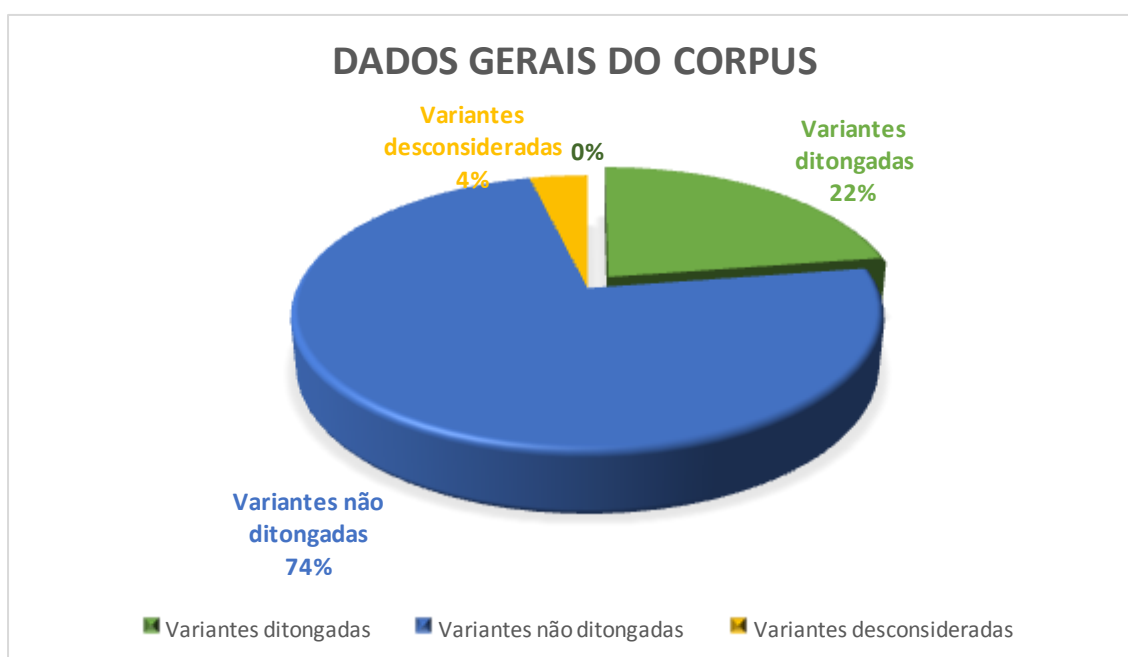
DADOS GERAIS DO CORPUS		
VARIANTES	Nº	%
DITONGADAS	180	22%
NÃO DITONGADAS	588	74%
DESCONSIDERADAS	30	4%
TOTAL	798	

Fonte: autoria própria.

Por meio da observação dos dados gerais do corpus dessa pesquisa, é válido afirmar que, apesar de a ditongação ter sua origem na oralidade, esta ocorreu com certa frequência na escrita dos alunos investigados, confirmando a hipótese de que a fala exerce influência na grafia, em conformidade com as afirmações de autores citados ao longo do texto, como Fávero; Andrade; Aquino (2012), Bortoni-Ricardo (2005), Simões (2006), Gomes (2008) etc.

Podemos observar com mais clareza as informações referentes aos dados gerais do corpus por meio do gráfico 1:

Gráfico 1- Dados gerais do corpus: Variantes ditongadas/ Não ditongadas/ Desconsideradas



Por meio do gráfico 1 é possível observar que das 798 ocorrências dos vocábulos em situação favorável à ditongação, 22% apresentaram o fenômeno, indicando a influência da oralidade na escrita; ao passo que 74% das variáveis não registraram a presença do ditongo e 4% foram desconsiderados por apresentarem desvios em relação a palavra esperada. Embora a ditongação seja um fenômeno de uso frequente na fala, tais informações, indicam um pequeno índice na escrita dos alunos analisados.

Acredita-se que a essa influência do oral no escrito ocorra principalmente a partir do processo silábico de evolução da língua escrita, pois de acordo Ferreiro (1987 apud Gomes 2008), neste estágio as letras começam a adquirir valores sonoros relativamente estáveis, dessa forma, as partes sonoras semelhantes passam a ser expresas por letras semelhantes, ou seja, nesta fase o aprendiz tende a assimilar a escrita como a representação dos sons da fala.

Conforme já apresentado ao longo do texto por Simões (2006), tal assimilação não se sustenta por muito tempo, pois o sistema alfabético é complexo e, por vezes, não há uma correspondência estável entre som e figura gráfica, nesse sentido a autora supõe que a interferência da camada fônica no texto escrito deva-se a arbitrariedade do sistema alfabético-ortográfico.

Essa complexidade do sistema alfabético somada à realidade linguística do aluno resulta nos desvios da ortografia padrão. Concretizando o que foi elencado ao longo desse texto por Mori (2012), a qual argumenta que apesar de os sistemas alfabéticos terem base fonológica, existem fatores linguísticos e estralinguísticos que favorecem discrepância entre as estruturas fonológicas das línguas e suas ortografias, visto que os sistemas de escrita não conseguem acompanhar o desenvolvimento dinâmico da língua oral, gerando a defasagem entre a fala e sua representação gráfica.

A reflexão sobre essas informações nos leva a reconhecer o papel da escola em relação à variação linguística, pois, apesar da realidade dinâmica e variável própria das línguas humanas, a escola, baseada nos pressupostos da gramática tradicional, reprova tais ocorrências principalmente na escrita. No que diz respeito à ditongação, pode-se afirmar que, apesar de esse fenômeno não sofrer estigmas negativos na oralidade, quando migra para a escrita, a escola o classifica como erro ortográfico e lhe concede valor negativo. Talvez essa seja uma das razões pelas quais a inserção da vogal nos contextos observados tenha ocorrido em menor escala, visto que, provavelmente, os sujeitos já sentem a cobrança da escola em relação à escrita.

5.2 VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA A ANÁLISE

Como mencionado anteriormente, fez-se necessário excluir 30 ocorrências do corpus da pesquisa, pois houve casos em que ocorreram desvios em relação à palavra esperada, isto é, em algumas situações os alunos forneceram dados que não correspondiam ao fenômeno esperado, a exemplo de *maçã* para *cereja*, *lâmpada* para *luz*, *face* para *rosto*, etc. Por essa razão, na tabela 1, a fim de detalhar melhor os dados, trabalhamos com um total de 798 ocorrências, porém nas demais tabelas contaremos com um total de 768 ocorrências levando em conta somente os dados “válidos”.

Considerando o caráter heterogêneo das línguas humanas, fruto das relações interpessoais estabelecidas pelos seus usuários no convívio em sociedade, no presente estudo é pertinente observar os condicionadores de ordem social no fenômeno investigado. É também imprescindível avaliar os condicionadores linguísticos que favorecem a ditongação na escrita dos alunos recém inseridos no contexto de alfabetização. Por essa razão, serão analisadas duas variáveis sociais, a saber: escolaridade e gênero/sexo, e duas variáveis linguísticas, referentes ao contexto de ocorrência: final de palavra e interior de palavra.

5.2.1 Análise das variáveis por escolaridade

Segundo Bagno (2007), o grau de escolarização é um fator muito importante na configuração dos usos linguísticos, pois a língua varia de acordo com o nível de acesso do indivíduo com a cultura letrada. Ainda na perspectiva do autor, o nível de escolaridade tem se mostrado o fator social de maior impacto sobre a variação linguística.

Os dados referentes à variável escolaridade comprovam as afirmações do autor, como é possível observar na tabela 2.

Tabela 2- Índice de aplicação da ditongação na escrita em função da escolaridade

Escolaridade	Aplicação / Total	%
3º ano	102/342	30%
5º ano	78/426	18%
Total	180/768	

Diante das informações expostas na tabela 2, evidencia-se que houve uma diferença significativa em relação ao uso da ditongação na escrita dos alunos estudados. É possível

verificar que os discentes do 3º ano apresentaram um índice de 30% ao passo que, na escrita dos estudantes do 5º ano, foram registrados 18% de uso do fenômeno. Portanto, verifica-se, por meio desses dados, o impacto da escolarização e do letramento sobre as atitudes linguísticas do indivíduos, principalmente no processo de aquisição da escrita padrão, tendo em vista que “uma das metas do ensino formal (Escola) é a de ensinar e a de fortalecer o emprego da norma culta, constituindo-se tarefa importante dos professores de língua portuguesa” (MOLLICA, 1998, p. 59).

O comportamento de maior ou menor sensibilidade dos alunos em relação à ditongação na escrita dialoga com as propostas de Mollica (1998), a qual enfatiza que o professor não deve se preocupar tanto com os possíveis erros de seus alunos no processo de aquisição da escrita, uma vez que o domínio da leitura e da interação social se encarregam de reduzir os erros mais frequentes. Nesse sentido, a redução dos percentuais de ditongação na escrita dos alunos do 5º ano justifica-se na hipótese de que estes já estão mais inseridos no universo da leitura e, conseqüentemente, interagem com as mais variadas expressões escritas. Ademais, pode-se afirmar que possivelmente a ditongação na grafia configura-se como um processo pelo qual as crianças passam no período de alfabetização e, na medida em que vão aumentando o contato com as práticas de letramento, tais aplicações vão desaparecendo de seus escritos.

Levando em consideração o papel da escola sobre os usos linguísticos, Mollica (1998) aponta algumas atitudes a serem tomadas no nível prático da sala de aula para que as inadequações em relação à norma vigente sejam reduzidas na escrita. Assim, a autora sugere;

1. Uma orientação pedagógica clara e direcionada reduz a influência da fala na língua escrita.
2. A segunda série parece ser o marco mais eficiente para iniciar-se esse trabalho; antes disso, pode até atrapalhar o alfabetizando. Nas séries subsequentes, uma pedagogia orientada deve ser mantida, pois há resíduos de problemas de escrita nos alunos até o 2º grau [...]
3. Há necessidade de se elaborar material didático específico referente a variação linguística para se garantir: (a) uma didática que não misture casos problemáticos com casos que não oferecem, na escrita e/ou na fala, dificuldades ao aprendiz quanto as regres variáveis; (b) uma uniformidade pedagógica tanto quanto possível, dada a multidiversidade no Brasil, que se verifica de região para região em alguns fenômenos variáveis; (c) uma orientação clara ao professor de como trabalhar fenômenos de fala que tem repercussão na escrita [...] (MOLLICA, 1998, p. 99-100).

Tais orientações se complementam às propostas de Bortoni-Ricardo (2004) em relação às estratégias do professor diante dos desvios da escrita padrão durante o processo de alfabetização. Nesse sentido, a autora salienta que:

Da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a *identificação* da diferença e a *conscientização* da diferença. A identificação fica prejudicada pela falta de atenção ou pelo desconhecimento que os professores tenham a respeito daquela regra. Para muitos professores, principalmente aqueles que têm antecedentes rurais, regras do português próprio de uma cultura predominantemente oral são ‘invisíveis’, o professor as tem no seu repertório e não as percebe na linguagem do aluno. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 42).

Ainda na perspectiva de Bortoni-Ricardo (2004), é fundamental conscientizar o aprendiz quanto às diferenças, para que ele possa conquistar autonomia em monitorar seu próprio estilo, contudo a autora alerta que essa conscientização não deve causar prejuízo no processo de ensino e aprendizagem.

As propostas de uma pedagogia consciente, em paralelo aos índices de ditongação em relação à escolaridade, nos levam a refletir sobre a importância da qualificação do profissional que irá atuar na escola básica, o qual deve estar apto a trabalhar estrategicamente os fenômenos de variação linguística em sala de aula, sem causar danos no aprendiz, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades de uso da língua, seja na modalidade oral ou escrita.

5.2.2 Análise das variáveis por gênero/sexo

De acordo com Bagno (2007), os homens e as mulheres fazem usos diferenciados dos recursos que a língua oferece. Assim, a variável social de gênero/sexo é um forte condicionador para a variação, por essa razão, faz-se necessário observá-la na presente análise, a fim de verificar quais dos gêneros/sexo é mais sensível a aplicação da ditongação na escrita dos alunos investigados.

Em relação à variável em questão, os resultados evidenciaram que a ditongação ocorreu com maior frequência na escrita dos meninos, apresentando o percentual de 29% de aplicação do fenômeno, ao passo que as meninas apresentaram um índice significativamente menor com 19 % de realização da variável não padrão na escrita.

Tabela 3- Índice de aplicação da ditongação na escrita em função do gênero/sexo

Gênero/sexo	Aplicação/ total	%
Meninos	99/346	29%
Meninas	81/422	19%
Total	180/768	

Segundo Coelho et al. (2015, p. 44),

Quanto à variação social relacionada ao sexo/gênero dos informantes, alguns estudos mostram que as mulheres são mais conservadoras do que os homens: em geral, elas preferem usar as variantes valorizadas socialmente. É como se as mulheres fossem mais receptivas à atuação normatizadora da escola. Esses resultados, no entanto, requerem cautela, afinal, os papéis feminino e masculino, nas diversas sociedades, estão, a todo momento, sofrendo transformações.

Tais informações corroboram com os resultados obtidos na turma investigada, uma vez que os meninos se mostraram mais sensíveis ao fenômeno, na medida que as meninas apresentaram maior resistência, fato é que a taxa de aplicação foi relativamente menor entre elas, confirmando a afirmação de que os sujeitos do gênero feminino são mais receptivos à ação normativa da escola.

Visando detalhar melhor a frequência da ditongação em relação aos condicionadores sociais, fez-se necessário realizar o cruzamento das variáveis escolaridade x gênero /sexo, como podemos observar na tabela 4.

Tabela 4- Índice de aplicação da ditongação na escrita: cruzamento das variáveis escolaridade x genero/sexo

Série	Gênero/Sexo	Variantes	Nº	%
3º ano	Meninos	Ditongadas	59	43%
		Não ditongadas	79	57%
	Meninas	Ditongadas	43	21%
		Não ditongadas	161	79%
		TOTAL	342	
5º ano	Meninos	Ditongadas	40	19%
		Não ditongadas	168	81%
	Meninas	Ditongadas	38	17%
		Não ditongadas	180	83%
		TOTAL	426	

No geral, os dados da tabela 4 confirmam que independentemente do gênero, os desvios ortográficos decorrentes da influência da fala tendem a decrescer na medida em que o aluno avança em níveis de escolarização. Contudo, é possível observar que em ambas as séries analisadas, os indivíduos do gênero masculino lideraram nas aplicações da ditongação na escrita, apresentando índices de 43% no 3º ano e 19% no 5º ano. Ao passo que entre as meninas as taxas foram de 21% e 17% nas respectivas turmas.

5.2.3 Análise das variáveis por contexto de ocorrência

Conforme exposto por Aragão (2014) neste texto, a ditongação é um fenômeno fonético sujeito à variação condicionada por fatores de ordem linguística como contexto fonético, anterior ou posterior, a velocidade de elocução, tamanho da palavra, etc. Contudo, na presente análise, foram selecionadas apenas duas variáveis linguísticas, a saber: final de palavra e interior de palavra. Dessa forma, objetivamos analisar quais desse contextos é o mais propício à ditongação na escrita dos alunos do 3º e 5º ano da Escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt.

Tabela 5- Palavras sujeitas a ditongação na escrita por contexto de ocorrência

Contexto de ocorrência	Corpus	Resultados esperados
Final	Cruz Três Dez Pés Arroz Cuscuz Luz Avestruz Xadrez Gás Avós	Cruis Treis Deis Peis Arroiz Cuscuz Luiz Avestruiz Xadreiz Gais Avois
Interior	Caranguejo Igreja Bandeja Cuscuz Fósforo Rosto Poste Cereja Posto Cesta	Carangueijo Igreja Bandeija cuiscuz Fóisforo Roisto Poiste Cereija Poisto Ceixta

Assim, como podemos observar na tabela 5, na primeira categoria, estão agrupadas 11 palavras propícias ao fenômeno no contexto final, e na segunda categoria estão 11 termos sujeitos à ditongação no interior do vocábulo, somando um total de 21 palavras.

Por meio dos dados expostos na tabela 6, evidencia-se que o contexto de ocorrência é um fator relevante para o processo de ditongação na escrita dos alunos investigados. Sendo possível observar que a ocorrência do fenômeno foi mais favorável em final de palavra com 30% de aplicação, ao passo que, em interior de vocábulos, a regra de aplicação reduziu quase que pela metade, apresentando percentuais de 16%.

Tabela 6- Índices de aplicação da ditongação na escrita em função do contexto de ocorrência

Contexto de ocorrência	Aplicação/ total	%
Final de palavra	120/ 400	30%
Interior de palavras	60/368	16%
Total	180/768	

Esses resultados se complementam ao estudo realizado por Mota e Silva (2015), citado nesse texto, as quais, ao investigar a ditongação em sílabas fechadas por /S/ na fala de indivíduos de 19 capitais brasileiras, constataram 21% de ocorrência do fenômeno em palavras como *três*, *luz*, *arroz*, etc. Resultados mais decisivos em relação à presença do ditongo foram encontrados na investigação realizada por Margotti e Zibetti (2015), as quais encontraram resultados categóricos de ditongação na realização das palavras *três* e *dez*. Ainda de acordo com as autoras, no conjunto de dez palavras analisadas, em seis delas houve ditongação: *luz*, *arroz*, *três*, *dez*, *voz* e *paz*; ao passo que, nas outras quatro, isto é, *fósforo*, *casca*, *caspa* e *mesma* não houve registro do fenômeno por nenhum dos informantes.

Assim, é possível deduzir que, o contexto final é o mais propício a realização do fenômeno nos usos orais da língua, ao passo que no interior das palavras este apresenta-se de forma nula, pelo menos na pesquisa de Margotti e Zibetti (2015).

Logo, em se tratando da nossa pesquisa, se levarmos em consideração a interferência da oralidade na escrita, tais informações justificam a maior ocorrência na grafia dos alunos, da ditongação no final das palavras, tendo em vista que essa variável tem comportamento similar na oralidade.

Vale destacar que, em relação à ditongação no contexto interno das palavras, foi possível observar que em alguns casos tal aplicação na escrita, ocorreu por hipercorreção, ou seja, os erros foram decorrentes da tentativa do aluno em se adequar a norma padrão. De acordo com Bortoni- Ricardo (2004, p. 28),

Chamamos de hipercorreção ou ultracorreção o fenômeno que decorre de uma hipótese errada que o falante realiza num esforço para ajustar-se à norma padrão. Ao tentar ajustar-se à norma, acaba por cometer um erro. Por exemplo: pronunciar “previlégio” imaginando que privilégio é errado; pronunciar “bandeija” achando que bandeja é errado. Pronunciar “telha de aranha” achando que teia de aranha é errado.

Nesse caso, a realização de palavras como *cereija*, *bandeija*, *carangeijo*, *igreja*, etc. possivelmente pode ter ocorrido pela tentativa de adequação ao padrão linguístico exigido pela escola, pois certamente o aluno durante o processo de letramento já teve contato com palavras em que se deparou com fenômeno similar, porém aceitos pela norma, como em *peixe*, *feijão*, *cadeira*, *queijo*, etc. Dessa forma, o estudante generaliza tais usos e comete os desvios em relação ao exigência da norma vigente.

É válido analisar a frequência da ditongação considerando o condicionador de caráter linguístico, contexto de ocorrência, frente ao condicionador social, escolaridade. A escolha

desta variável social, justifica-se na influência que a escolaridade exerce sobre os usos linguísticos. No mais, o cruzamento dessas variáveis, possibilitará uma visão mais concreta em relação ao fenômeno, além de permitir a discussão mais aprofundada sobre tema.

Tabela 7- Índices de aplicação da ditongação na escrita: cruzamento das variáveis escolaridade x contexto de ocorrência

Série	Contexto de ocorrência	Variantes	Nº	%
3º ano	Final de palavras	Ditongadas	74	42%
		Não ditongadas	104	58%
	Interior de palavras	Ditongadas	28	17%
		Não ditongadas	136	83%
		TOTAL	342	
5º ano	Final de palavras	Ditongadas	46	21%
		Não ditongadas	176	79%
	Interior de palavras	Ditongadas	32	16%
		Não ditongadas	172	84%
		TOTAL	426	

A observação dos dados da tabela 7, evidencia que os índices de ditongação em final de palavra tiveram queda significativa de uma série para outra, no 3º ano a taxa de ditongação nesse contexto apresentou o extremo de 42%, na medida que entre os alunos do 5º ano essa taxa se reduziu pela metade apresentando 21% de aplicação em seus escritos. Diante disso, cabe reforçar mais uma vez que o nível de escolaridade conduz os alunos à apropriação da norma padrão, principalmente na língua escrita. Contudo, no que diz respeito à realização da ditongação no interior de palavras, frente à variável social em questão, os resultados demonstraram resultados bastante próximos, com taxas de 17% entre os discentes do 3º ano e 16% no 5º ano.

O cruzamento das variáveis contexto de ocorrência x escolaridade demonstram que em contexto final o nível de escolaridade funciona como um fator de identificação dos estudantes, das respectivas séries; no entanto, no interior de palavras a escolaridade não demarcou os usos linguísticos dos indivíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como base teórica os pressupostos da Sociolinguística Variacionista e buscou investigar a interferência de fenômenos fonéticos-fonológicos na escrita de alunos das séries iniciais. Diante da diversidade desses fenômenos no português brasileiro, escolhemos dar ênfase ao fenômeno ditongação, tendo em vista que este é bastante corrente nos mais diversos contextos de fala e, conseqüentemente, podem migrar para a escrita.

As aplicações da ditongação na grafia dos alunos evidenciaram que, de fato, há interferência da oralidade na escrita, contudo, os índices de realização de tal processo fonológico foi menor que o esperado, se levado em consideração a frequência em que este ocorre na oralidade.

A análise do comportamento linguístico dos alunos frente ao fator externo escolaridade confirmou que a aplicação da variável não padrão na escrita tende a reduzir, na medida em que o aluno avança as séries escolar. Por meio dos dados levantados foi possível observar que os índices de ditongação na escrita diminuiu quase que pela metade entre as turmas, evidenciando o impacto da escolarização e do letramento sobre as atitudes linguísticas do indivíduos, principalmente no processo de aquisição da escrita padrão. Ademais, deixa claro que a interferência da oralidade na grafia é um processo natural na escrita das crianças no período de alfabetização.

Diante disso, é necessário que o professor seja coerente em relação a esses desvios na escrita e busque estimular a prática da leitura e da escrita para que os estudantes se familiarizem com o mundo letrado, para que os erros de ortografia decorrentes da influência do discurso oral sejam minimizados gradativamente.

De acordo com Faraco (2012), o contato com a língua escrita são fatores construtivos durante o processo de letramento, pois a aquisição da escrita passa por estágios de desenvolvimento, sendo o processo de alfabetização apenas um momento específico, assim ao dominar a lógica alfabética o aluno deve ser estimulado a fim de desenvolver novas habilidades.

Também foi possível constatar atitudes linguísticas diferentes entre os gêneros/sexo. Assim, a análise dos dados apontaram os meninos como os mais sensíveis à ditongação na escrita, ao passo que as meninas foram mais resistentes à aplicação do fenômeno e se adequaram mais à variante padrão.

No que diz respeito aos condicionadores de ordem linguística ficou confirmado que o contexto final das palavras se mostrou mais favorável à ditongação, ao passo que o interior de

palavras foi mais resistente ao desvio. Para além da influência da oralidade na grafia, também foi possível constatar que a realização do fenômeno no contexto interno das palavras podem ter ocorrido por hipercorreção, ou seja, pela tentativa do aluno em se adequar a escrita padrão, pois casos como *cereija*, *bandeija*, *carangeijo*, *igreja* etc na escrita dos estudantes certamente deve-se à generalização de regras, pois os alunos durante o processo de letramento possivelmente já tiveram contato com palavras como *peixe*, *feijão*, *cadeira*, *queijo* entre outras.

Assim, diante dos problemas de ordem fonológica que permeiam o processo de alfabetização e letramento, cabe à escola deixar de lado os moldes tradicionais de ensino e adotar uma proposta pedagógica alicerçada nos pressupostos dos estudos sociolinguísticos, a fim de solucioná-los. Tarefa que possivelmente já vem sendo desenvolvida pela escola, tendo em vista os baixos índices de ditongação na escrita dos alunos do 5º ano em relação ao 3º ano.

Nesse sentido, Mollica (1998) ressalta que

os trabalhos sociolinguísticos podem contribuir no sentido de: (1) esclarecer acerca do perfil sociolinguístico do universo de indivíduos, usuários dessas regras variáveis[...] (2) apontar a escrita como um dos meios de conscientizar os alunos-falantes das diferenças entre as formas que recebem valores sociais diversos, com vistas a provocar lhes maior intimidade com as variantes de prestígio[...] (3) indicar os ambientes fonológicos mais favoráveis à incidência das variantes possíveis(MOLLICA 1998, p.32).

Dessa forma, é necessário que os docentes de Língua Portuguesa e os pedagogos reflitam sobre a realidade linguística e social dos alunos da escola básica, para, desta forma, tratar estrategicamente os erros ortográficos derivados da influência dos aspectos fonológicos. Além disso, para que haja a redução de tais problemas, é importante que o professor estimule o hábito da leitura e da produção de textos, pois, dessa maneira, o aluno irá se familiarizar com as convenções ortográficas vigentes,

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia M. Sociolinguística. Parte I In MUSSALIM, F. & BENTES, A.C (orgs). Vol 1 *Introdução a linguística. Domínios e fronteiras*. 9ª edição, São Paulo, Cortez, 2012 p. 23-50.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *Ditongação e monotongação nas capitais brasileiras*. XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (alfal). João Pessoa, 2014, Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/r0395-1.pdf>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2018.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma proposta da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BOTELHO, José Mario; LEITE, Isabelle Lins. *Metaplasmos contemporâneos: um estudo acerca das atuais transformações fonéticas da Língua Portuguesa*. In: II Congresso de Letras da UERJ, 2005, São Gonçalo. Anais do II CLUERJ-SG Volume Único, Ano 2, n.º 01, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/>>. Acesso em: 05 de janeiro 2018.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa /Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. Parte II In MUSSALIM, Fernanda. & BENTES, Ana. Cristina (orgs). Vol 1 *Introdução a linguística. Domínios e fronteiras*. 9ª edição, São Paulo: Cortez, 2012 p. 51-83.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In MARTELOTTA (org). *Manual de linguística*. 2ª edição São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Izete Lehmkuhl.;GÖRSKI, Edair Maria.; N. de SOUZA, Christiane Maria; MAY, Guilherme Henrique. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem escrita e alfabetização. São Paulo: Contexto, 2012.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FROMKIN, Vitória; RODMAN, Robert. *Introdução a linguagem*. Coimbra; Almedina, 1993, pgs; 3-32

GOMES, Altair Martins. *A influência da oralidade na escrita: uma análise sociolinguística sobre as redações escolares de uma escola pública do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, pela Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6513/1/2008_AltairMartinsGomes.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

MARGOTTI, Felício Wesslin; ZIBETTI, Érica Marciano de Oliveira. Estudo sobre a formação de ditongos no contexto de sílabas fechadas por /s/ no português falado na região Sul do Brasil. In MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (org.). *Projeto atlas Linguístico do Brasil, avaliações e Perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2015.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial a escrita Padrão*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

_____. *Influência da Fala na Alfabetização*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1998.

MORI, Angel Corbera. *Fonologia*. In MUSSALIM, Fernanda. & BENTES, Ana. Cristina (orgs). Vol 1 *Introdução a linguística. Domínios e fronteiras*. 9ª edição, São Paulo: Cortez, 2012 p 157-191.

MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Amanda dos Reis. *Ditongação em sílabas fechadas por /s/: os dados do projeto ALiB nas capitais brasileiras*. In MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (org.). Projeto atlas Linguístico do Brasil, avaliações e Perspectivas. Salvador: Quarteto, 2015.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Processos fonológicos na aquisição da linguagem pela criança*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 3, n. 5. 2005. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_processos_fonologicos.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos. *O ditongo em português: história, variação e gramática*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 7, número 1, junho de 2011. ISSN 1808-835X 1. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/viewFile/4454/3226> . Acesso em 15 de Janeiro de 2018.

PETER, Margarida. Linguagem, língua, linguística .In FIORIN, Luiz José. *Introdução a linguística*. São Paulo: Contexto,201

SANTOS, Camila Fernandes dos; SANTOS, Robervaldo Correia dos; COSTA, Geisa Borges da. *Processos fonológicos: um olhar sobre a escrita de alunos das séries iniciais*. Cadernos do CNLF, Vol. XVII, Nº 08. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. *A pesquisa Científica*. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

SIMÕES, Darcilia. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo; Cortez, 1997, pgs 24-37.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, professor (a), maior de idade, estou sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa *A interferência da oralidade na escrita: a ditongação*, da autoria da discente Aniele de Jesus Palmeira, que tem como objetivo verificar o nível de ocorrência do fenômeno fonético fonológico, ditongação, na escrita dos meus alunos das turmas do 3º e 5º ano. A justificativa para o estudo está no fato de estudantes durante o processo de alfabetização e nas etapas posteriores da escolarização transferirem sua maneira particular de falar para o texto escrito e pela presença recorrente da ditongação na fala das pessoas da região.

Minha participação neste estudo consiste: a) na permissão para a pesquisadora aplicar, com finalidade diagnóstica, um ditado com imagens em minhas turmas do 3º e 5º ano da Escola Municipal Ranulfo de Souza Bittencourt, localizado no município de Elísio Medrado-BA;

Com este termo, estou sendo esclarecido(a) de que sou livre para participar ou para recusar-me. Além disso, posso retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A minha participação é voluntária e a recusa em participar não resultará em qualquer penalidade ou modificação na forma em que sou tratado pela pesquisadora, que, além disso, garante que tratará a minha identidade e meus dados com o devido sigilo.

O estudo não apresenta risco de nenhuma natureza, e tem como benefício a identificação dos motivos que o levam à dificuldade na produção escrita e o posterior desenvolvimento de uma proposta pedagógica de trabalho.

Garante a pesquisadora que os resultados da pesquisa estarão à minha disposição e à disposição de minha unidade escolar quando o trabalho for finalizado. Não autorizo, sem a minha permissão, a liberação, para outros fins que não os acadêmicos ou pedagógicos, dos dados e informações gerados pela minha participação na pesquisa. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Assino esse termo em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra ficará comigo.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas diretamente com a pesquisadora. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e poderei modificar a decisão de participar se assim o desejar. Finalmente, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Elísio Medrado- Ba, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do professor participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Escola _____

Data ____/____/____

Série _____

Aluno(a) _____

Ditado com Imagens

1)



2)



3)



4)



5)



6)



7)



8)



9)



10)



11)



12)



13)



14)



15)





16)

17)



18)



19)



20)



BOTIÃO DE _____

21)



22)



OS PAIS DE SEUS PAIS SÃO SEUS _____

23)



24)



25)



26)



27)



28)



29)



29)



30)
